



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 2049/05	DATA: 13/12/2005
INÍCIO: 10h45min – Com intervalo	TÉRMINO: 16h50min	DURAÇÃO: 06h05min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 2h39min	PÁGINAS: 86	QUARTOS: 33

DEPOENTE/CONVIDADO – QUALIFICAÇÃO

VALMIR CAMPOS CREPALDI – Testemunha arrolada pela defesa do Deputado Pedro Corrêa, representado no Processo nº 13, de 2005.

WANDERVAL SANTOS – Deputado Federal, representado no Processo nº 18, de 2005.

SUMÁRIO: Tomada de depoimentos.

OBSERVAÇÕES

Há intervenção fora do microfone. Inaudível.
A reunião foi suspensa e reaberta.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Srs. Deputados, declaro aberta a 73ª reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Expediente.

Correspondência recebida do Sr. Benedito Domingos, testemunha arrolada pelo Relator Orlando Fantazzini no processo instaurado contra o Deputado Pedro Henry, comunicando que, por motivo de força maior — tratamento médico —, não poderá comparecer, e se colocando à disposição para responder perguntas formuladas por escrito pelo ilustre Relator.

Correspondência do Sr. Paulo Alves da Silva, testemunha arrolada pela defesa do Deputado Pedro Corrêa, comunicando que, por compromissos anteriormente agendados, não poderá comparecer, e solicita remarcação da data, que foi fixada para a próxima quinta-feira, dia 15 de dezembro.

Ordem do Dia.

Esta reunião foi convocada para tomada de depoimento do Sr. Valmir Campos Crepaldi, testemunha arrolada pela defesa do Deputado Pedro Corrêa, representado no Processo nº 13, de 2005. Relator, Deputado Carlos Sampaio.

Comunico, ainda, que esta reunião terá prosseguimento à tarde, às 14h30min, com a reinquirição do Deputado Wanderval Santos, Representado no Processo nº 18, de 2005, por solicitação do Relator, Deputado Chico Alencar.

Haverá também reunião na quarta-feira, dia 14 de novembro, às 14h, com a seguinte pauta: oitiva do Deputado Vadão Gomes, representado no Processo nº 17, de 2005. Relator, Deputado Moroni Torgan.

Comunico que está presente o advogado do representado, o Dr. Marcelo Leal.

Convido o Sr. Valmir Campos Crepaldi para sentar-se à mesa, por favor.

Passo a Presidência ao Deputado Nelson Trad, porque vou participar da reunião com os Presidentes da Câmara e do Senado para discutirmos a possibilidade ou não de convocação do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Vou ler o compromisso, por determinação do Regimento, para que V.Sa. possa ler e assinar:



“Nos termos do art. 12, inciso I, do regulamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, presto o compromisso de falar somente a verdade sobre o que me for perguntado acerca dos fatos relativos ao Processo nº 13, de 2005, Representação nº 50, de 2005, instaurado contra o Deputado Pedro Corrêa.

Sala de Reuniões, em 13 de dezembro de 2005”.

Tem a palavra o nobre Relator do processo, Deputado Carlos Sampaio.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, nobres Conselheiros, Sr. Valmir Crepaldi, peço ao senhor que dê sua qualificação: nome, nacionalidade, estado civil, profissão, se tem filiação partidária, se já foi eleito para algum cargo eletivo e se já se filiou a algum partido.

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Eu sou Valmir Campos Crepaldi, sou casado, sou filiado ao Partido Progressista e nunca ocupei cargo eletivo.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Não ouvi, desculpe-me. Fale bem próximo do microfone.

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Valmir Campos Crepaldi, casado, nunca ocupei cargo eletivo, filiado ao PP também.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Filiado ao PP?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Isso.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Qual a sua profissão?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Sou Auxiliar de Tesouraria do partido.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Você tem algum cargo na Câmara?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Você recebe pelo partido?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Pelo partido. Funcionário CLT.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Da Executiva Nacional?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Isso.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O senhor nunca foi funcionário da Casa?



O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Há muito tempo, eu fui funcionário da Terceira Secretaria, em 2000, antes de 2000.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Mas cargo em Comissão?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - É. Cargo de Natureza Especial — CNE.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Quem era o Terceiro Secretário à época?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Na época, Dr. Benedito Domingos. Quando ele saiu, eu continuei com o Deputado Paulo Paim, do Rio Grande do Sul, também.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Obrigado.

O senhor tem conhecimento de como se desenrolaram as negociações com o PP para que o mesmo se incorporasse à base de sustentação do atual Governo? E quais foram os principais personagens dessa ida do Partido Progressista para a base do Governo?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Não, senhor. Eu não participava de reuniões não.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O senhor saberia informar, até por trabalhar no Partido Progressista e receber da Executiva Nacional, como eram e como são hoje as relações do Partido Progressista com o Partido dos Trabalhadores? Havia alguma relação especial de solidariedade entre os partidos? Havia ou há algum compromisso de socorro econômico mútuo entre os 2 partidos? Esses detalhes de socorro mútuo, inclusive ajuda econômica, chegaram a ser discutidos quando da formação da base de sustentação do início do Governo Lula?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Não tenho conhecimento não, senhor. Nunca participei de reuniões, nada nesse sentido.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Mas o senhor saberia informar, por ser funcionário do partido, qual a relação que o Partido Progressista tem com o Partido dos Trabalhadores? Quer dizer, é da base do Governo, vota com o Governo. Alguma informação nesse sentido?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Não, não. Não, senhor. Não tenho.



O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Qual era a sua função? Era meramente burocrática?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - É burocrática.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Administrativa?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - É administrativa. Preparação de documentação, documento de banco, essas coisas.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O senhor soube que houve transferências de recursos do PT para o PP?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Sim.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O senhor sabe a que título?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Não. Eu sei que era para pagar o advogado, não é?

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O senhor sabe quem autorizou essa negociação no sentido de permitir que o PP recebesse esses recursos do Partido dos Trabalhadores?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O Deputado Pedro Corrêa era Presidente à época, como é ainda.

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Isso.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Na época, o senhor soube que o Partido Progressista recebia recursos. Era com autorização dele que recebia esses recursos?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Isso eu desconheço.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O senhor soube também que o Sr. João Cláudio Genu foi o responsável por fazer os saques em dinheiro para o Partido Progressista no Banco Rural?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Eu fiquei sabendo.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O senhor tem conhecimento de que no início esse dinheiro era entregue a um senhor de nome Barbosa?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Isso eu ouvi pelo noticiário.



O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Mas o senhor nunca viu o Sr. Barbosa na sede do Partido Progressista?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Conheço o Dr. Pedro Barbosa sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O senhor se relacionava com ele?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Sim, sim, sim.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - E como ele recebia esse dinheiro no início para fazer o pagamento, como o senhor disse, ao advogado do Deputado Ronivon, o senhor não tinha conhecimento desse fato?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Não, senhor. Não, não. Eu tinha relação com o Dr. Pedro, que era quem sempre estava dando instrução lá dentro, sempre levando folha de pagamento. Eu conhecia ele também, porque eu participei com ele... Na época, houve uma demissão de 5 funcionários, e ele...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O senhor está se referindo ao Deputado Pedro Corrêa?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Não, não.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Ao Barbosa?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Ao Dr. Pedro Barbosa. Então, eu fui o preposto, inclusive, para o partido. Na época, os funcionários também entraram contra o partido depois da demissão, ele foi o advogado do partido também. Ele sempre estava na sede do partido, sempre estava na Tesouraria.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Ele advogou pelo partido?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Pelo partido.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Em ações trabalhistas, movidas por funcionários contra o partido?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Isso, funcionários do próprio partido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - A Taquigrafia está com dificuldade de ouvi-lo.

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Por especial gentileza, o senhor me imite, coloque... porque eu falo com um pouco mais...



O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Está certo. Desculpe, é a gripe também. Estou resfriado.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - É porque tudo o que é falado é gravado, e eles estão tendo dificuldade em ouvi-lo.

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Está O.k.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O senhor nunca presenciou o Sr. Barbosa recebendo essas quantias?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Ele ficava toda semana... O Sr. Barbosa permanecia toda semana no partido ou estava no partido, pelo menos, semanalmente?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Principalmente quando o Dr. Benedito ainda tinha cargo, quando o Dr. Benedito era o Vice-Governador, tudo, geralmente, ele freqüentava mais o partido, não é? Então ele sempre ia à sede. Depois de 2003, que saímos da sede do Senado e fomos para o Assis Chateaubriand, aí, não tenho conhecimento se ele vinha muito não, mas sempre ele passava na Tesouraria e tudo.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Em que época o senhor começou a receber os repasses desses recursos que eram sacados do Banco Rural?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Eu não recebia repasse.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Eu digo assim: o senhor nunca foi incumbido de entregar esse dinheiro a ninguém?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Não, não, não. Eu só estive 2 vezes no partido chamado pelo Dr. Walmor e presenciei, sim, o pagamento. E, uma vez chamado pelo Deputado Janene, isso já em 2004...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Quem é o Sr. Walmor?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - O Walmor Giavarina, Consultor Jurídico do partido.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Eu não entendi. Eles chamavam o senhor, que era um funcionário...



O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Foi o Dr. Walmor que me ligou por 2 vezes, isso em 2003, e ele me chamou ao partido...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Em 2003, mas, em que época, aproximadamente?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Foi em setembro.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Em setembro de 2003?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Isso.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Ele o chamou, para que fim?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Ele me pediu que comparecesse ao partido, sempre me chamava, lá, sempre quando tinha uma instrução do Tribunal, qualquer coisa relacionada, ele me chamava para explicar tudo. Mas, dessa vez, ele me pediu para que fosse lá e, chegando lá dentro, eu fui para a sala de reuniões e, depois, chegou o Dr. Paulo Goyaz, eu presenciei o pagamento, por 2 vezes, lá na sede do partido.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O senhor não tinha conhecimento dos repasses. Quer dizer, teve depois. Mas o senhor não tinha conhecimento dos repasses quando eram feitos?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Não, não, senhor. Não.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Apenas em 2 oportunidades o senhor foi chamado?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Fui chamado em 2 e numa terceira, já em 2004, pelo próprio Deputado Janene.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Uma pergunta.

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Pois não.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Se o senhor tinha uma função administrativa, não tinha informações mais precisas sobre a atuação política dos Deputados,...

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Sim.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - ... tampouco sabia sobre a relação Partido Progressista com o Partido dos Trabalhadores, o senhor saberia informar o



porquê de o Sr. Walmor chamar justamente o senhor para presenciar o pagamento?
O senhor estava... Esse pagamento foi feito onde?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Não sei. Foi no 17º, ali, na sala de reuniões do partido.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - E o senhor estava onde quando foi chamado?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Tesouraria do partido, no Assis Chateaubriand.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Ele ligou para o seu celular?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Não, ligou lá para o partido.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - E pediram que o senhor fosse?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Que eu fosse ao partido.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - E o senhor saberia dizer a razão?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Não sei. Eu pensei até, quando vi o pagamento, eu pensei até que fosse para preparar algum documento, não é, e não foi necessário, até porque o próprio advogado me forneceu o recibo.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Quando o senhor disse que imaginou que pudesse ser para registrar o pagamento é porque essa função lhe cabia lá dentro?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Não, não me cabia. Eu sempre preparei os documentos, recibos, ofícios, qualquer coisa, assim, nesse sentido, encaminhamento, tudo era comigo. Depois que foi demitido esse funcionário — porque tinha um funcionário principal que foi demitido em junho. E a partir daí...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Quem era?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Era o Roberto Lins.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Roberto?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Lins. Aí, a partir dessa data, eu que fiquei encarregado. Eu era mais, tipo, um auxiliar dele. Mas quando ele foi demitido, eu que fiquei na função de cuidar dos pagamentos, essas coisas.



O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Mas, então, veja: o senhor tinha uma função burocrática e acabou assumindo essas funções do Sr. Roberto Lins e, entre elas, estava a de redigir recibos e coisas que o valha.

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Essas coisas. Isso.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O senhor é chamado pelo Dr. Walmor,...

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Sim.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - ... mas, na única função que poderia lhe caber, que seria a de redigir o recibo, o senhor disse que já estava redigido e foi assinado o recibo pelo próprio advogado?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Foi. O advogado já chegou com o recibo pronto.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Então, não entendi por que o senhor foi lá.

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Não, eu sempre era chamado, lá, não era só para... Eu também não entendi, mas quando cheguei lá, foi isso. Ele pegou e fez o pagamento, e o advogado me entregou o recibo.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O senhor se lembra do valor?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - O valor, o valor do recibo ou o valor que foi pago?

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Por quê? O senhor está querendo dizer o seguinte: que se pagou algo que não constou do recibo?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Não, não foi isso. É porque ele conferiu o dinheiro, tinham 300 e o recibo era bem maior, eram 400 e poucos mil reais.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O senhor presenciou o pagamento de 300 mil?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Presenciei, sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Mas o recibo era maior, porque ele já havia recebido 100 antes?



O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Era maior. Não sei qual foi o motivo. Sei que o recibo era maior. Eu também não fiz perguntas, nada. Deixei os 2; saí e fui embora.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O senhor presenciou o pagamento de 300 mil, viu que o recibo era de 400 mil, mas também não indagou sobre isso?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Não, não indaguei, não. Deixei os 2 na sala, e fui embora.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O senhor concorda que é meio estranha a sua ida lá sem uma razão de ser.

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Não, eu sempre era chamado.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Mas sempre o senhor era chamado para alguma função?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Sim.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Agora, nesse ato específico, não lhe coube função alguma.

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Não, necessariamente. Eu vinha aqui pegar umas correspondências, vinha pegar... checar os equipamentos.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Mas, mesmo nesse dia, veja, nem correspondência o senhor pegou. Nesse dia, o senhor veio, presenciou uma conversa e foi embora. E foi chamado especificamente para presenciar uma conversa.

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Eu acho que não. Eu acho que o que ele quis dizer é que eu presenciei o pagamento ao advogado.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Tinha mais algum funcionário ou tem funcionários aqui no ...

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Não, tem funcionários direto lá.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - ... no 17º?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Tem vários funcionários; diversos.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Pessoas de confiança?



O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Não, as que trabalham na Tesouraria só eu. Aqui, não. Aqui, é a parte que cuida mais do partido de outra parte, não essa parte.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Mas aqui não é a Liderança?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Não, senhor. Lá é a Presidência do partido.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Desculpe-me. Lá não é a Presidência?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - É a Presidência do partido.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Então, presumo que lá tenham pessoas da Executiva.

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Da Executiva não senhor.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Quem fica lá?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Quem fica lá são os funcionários: jornalistas, *office boys*, ficava o Dr. Walmor, na Consultoria, com mais o Departamento Jurídico.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O.k. A única oportunidade em que o senhor presenciou a entrega do dinheiro foi essa?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Não, foram 2.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Na outra foi quando?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Foi 1 semana após, mais ou menos 7, 8 dias depois. Foi do mesmo jeito.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Os mesmos 300 mil?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Ele me chamou. Foram 300 mil reais.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - E o mesmo recibo de 400?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Mesmo recibo.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Então, estamos tendo algum problema aqui. Porque 400 mais 400... Ele diz que recebeu, então, 800?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Não, foram pagos 600; que o recibo era maior isso era.



O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Então, 400 mais 400, que constavam no recibo..

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Sim.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - ... implica 800 mil reais que teriam sido pagos pelo PP.

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Certo.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O PP diz que recebeu do Partido dos Trabalhadores 700 mil.

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Sim.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Trezentos e cinquenta e 350. Teriam sido 2 de 350. O senhor presenciou na primeira oportunidade a entrega de 300.

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Trezentos.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Na segunda oportunidade, a entrega de 300 mil.

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Trezentos mil reais.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Os outros 50 mil, em cada uma das oportunidades, o senhor não sabe o que foi feito?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Não, não sei, não senhor.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O senhor foi cientificado, quando foi chamado lá, de que esse dinheiro veio do Partido dos Trabalhadores exatamente para pagar...

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Não, só ouvi o Dr. Walmor comentando que seria doação.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Seria o quê?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Doação.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Do Partido dos Trabalhadores para o Partido Progressista?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Ele falou que era doação; não falou que era nem do Partido Progressista. Só ouvi escutando ele falando que era de doação.



O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Comentando com o advogado?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Com o Dr. Paulo.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Que esse dinheiro ele havia recebido em doação.

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Em doação.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Mas não do Partido dos Trabalhadores.

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Não, não comentou que era do Partido dos Trabalhadores.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Chegou a se discutir a origem do dinheiro, quando o senhor disse que ele falou que foi a título de doação. Parece-me que pode ter havido uma pergunta do advogado: *“Como é que você conseguiu esse dinheiro?”*

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Não, não. Os 2 estavam bem descontraídos, inclusive a televisão estava ligada. Eu estava assistindo a televisão. Eu não entrei muito em detalhes. Eu vi ele só contando o dinheiro, me entregou o recibo, eu peguei e saí. Não comentou de onde era.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O senhor que levou o recibo?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Não, senhor. O recibo estava com o Dr. Paulo. Ele me entregou.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Ele te entregou?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Isso.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - E o senhor fez o que com o recibo?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Levei para o partido.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O senhor tem esses 2 recibos lá?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Tenho. Eles ainda estão lá na Tesouraria, sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Eu não sei se já foram acostados aí aos autos. *(Pausa.)* Já.



O senhor soube nessa reunião, nessa conversa informal que teve entre o Dr. Walmor e o Dr. Paulo Goyaz se, em algum momento, foi falado o nome do Sr. Marcos Valério?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O senhor é amigo do Genu?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Não, senhor. Só conheço de vista, de cumprimentos.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O senhor está há quanto tempo no PP?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Cinco anos.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - E o senhor não conhece o Genu, ...

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - ...que trabalha na Liderança há tantos anos?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Comecei a vê-lo quando ia à Liderança pegar alguma assinatura do Presidente e tudo, trocava cumprimentos com ele e sabia que trabalhava com o Deputado Janene.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - *(Pausa.)* Bom, o senhor presenciou, então, 2 pagamentos, cada qual de 300 mil, e recebeu, logo em seguida, recibo já feito pelo advogado, cada qual no valor de 400 mil?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Quatrocentos mil.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O senhor, dentro dessa função administrativa e burocrática que lhe cabia, chegando ao partido, levou a registro esses pagamentos que foram efetuados?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Não. Cheguei a ligar lá na contabilidade para saber com o Dr. Pedro se eu podia mandar esse recibo. Ele disse que, por enquanto, não era...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Quem é Dr. Pedro?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Era o contador. Ele falou que, por enquanto, não era para contabilizar.



O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O senhor ligou para o Dr. Pedro e ele disse o quê?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - No final do ano mesmo, eu falei: “*Esses recibos?*” Ele falou: “*Não, deixe aí guardado, por enquanto.*”

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Então, ficou com o senhor? Sequer foi entregue?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Não, ficou na Tesouraria do partido, sim.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Mas o Sr. Pedro disse que não era para levar a registro?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Não, por enquanto não era para colocar no registro; não podia contabilizar.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O senhor presenciou, nessa conversa informal de ambos, eles dizerem, particularmente o Dr. Walmor, que esse dinheiro era fruto de uma doação?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Isso.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O senhor foi chamado para pegar um recibo?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Não, pegar...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Levou o recibo?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Não. Levei o recibo para a Tesouraria do partido, sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Então, pegou o recibo e levou para o partido.

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Sim.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Não se preocupou em levá-lo a registro, na medida em que o senhor presenciou o pagamento e saiu com o recibo de um local para o partido, presumo eu, para fazer algo com esse recibo?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Isso, isso. Eu pensei em contabilizar. Por isso que eu liguei para o Dr. Pedro. E ele falou: “*Não. Não traga ainda. Não contabilize isso.*”



O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Não lhe pareceu estranho um dinheiro que foi doado e, portanto, uma doação que, presume-se, poderia ter sido legal, o tesoureiro não querer levar a registro? Isso não lhe causou estranheza?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Estranheza causa, sim, senhor, mas... Empregado, o senhor já viu, não é?

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O Dr. Paulo Goyaz, nessa conversa informal que teve com o Dr. Walmor...

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Sim.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - ... ele chegou a perguntar sobre o caso do Deputado Ronivon?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Não, não.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Como é que estava a situação?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Não, não. Não chegaram a comentar, não. Que eu me recorde...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O senhor sabe o que o Dr. Paulo Goyaz estava fazendo lá? Ele estava recebendo a que título aquele dinheiro?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Eu não sei que sabia o que era isso. Podia ser os honorários, porque ele ligava insistentemente lá para a Tesouraria do partido, não só ele como a secretária dele, cobrando o dinheiro dele. E era até... chegou a ser incômodo tantas vezes que ele ligou.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Você sabe precisar o período em que ele ligou?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Ah, ligou em 2003, no início de 2003...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O senhor disse que a primeira vez que o senhor presenciou foi em setembro de 2003?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - O pagamento para ele, sim, lá na... Sim, mas nós já havíamos efetuado alguns pagamentos para ele através da Tesouraria do partido.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Esses contabilizados?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Qual a origem desse dinheiro que...



O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Eu sabia que eram os honorários do...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Não, não. Qual a origem desses primeiros pagamentos?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Já sabia que era das causas do Deputado Ronivon Santiago, da defesa dele.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Eu não estou falando qual o destino. Veja, vou reformular a pergunta. O senhor disse que já presenciou esses 2 de 300 mil.

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Sim.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Mas que o senhor já tinha efetuado ao Dr. Paulo Goyaz outros pagamentos.

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Certo.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Com que dinheiro?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Com o dinheiro do fundo partidário, através de depósito na conta corrente dele.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O Partido Progressista não estava com problema com o fundo partidário?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Não, com o fundo partidário, não; ele estava com problema é de diligência. Tinha uma execução do Estado de Minas Gerais, de Araguari, e eles estavam para bloquear o dinheiro das contas do partido, sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Estavam para bloquear, mas não bloquearam?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Não, não. Avisado... Eu fui alertado até pelo próprio Dr. Walmor Giavarina, porque o irmão dele é que foi advogado do partido na defesa de Araguari, que ficasse atento porque eles poderiam, a qualquer hora, vir a bloquear o dinheiro da conta do fundo partidário do partido.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Você saberia informar... Desculpe-me, o senhor saberia dizer qual o valor que foi pago ao Sr. Paulo Goyaz antes desses 600 mil que o senhor presenciou?



O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Assim eu... Nós fizemos uns 2 pagamentos, um de 20, de 20, 20; fizemos um de 4; o senhor me desculpe assim, porque faz um bom tempo, mas não sei precisar, mas houve até um de 8. O senhor me desculpe, eu não tenho. Mas esses todos contabilizados e pagamento em conta corrente.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Foi crédito em conta?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Crédito em conta corrente através de ofício.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Se o senhor pudesse me auxiliar...

O SR. MARCELO LEAL - Os créditos já foram apresentados.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Estão aqui acostados aos autos.

O SR. MARCELO LEAL - Sim. Documentos já apresentados.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O senhor sabe qual o valor que foi pago ao Dr. Paulo Goyaz? Valor total?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Ah, não sei.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O senhor sabe se ele defendia tão-somente o Deputado Ronivon?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Que eu tenha conhecimento, sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Tão-somente?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Só.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Não fazia nenhum outro tipo de...?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Não, não, que eu saiba, não.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Nessas outras oportunidades em que ele esteve lá e que ele recebeu esses recursos, tirante essas hipóteses das 2 vezes dos 300 mil, nessas outras vezes, quem fazia o pagamento a ele?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - O senhor fala do dinheiro do fundo partidário?

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - É. Quem entregava?



O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Não. Não tem que entregar. Ele vai direto na conta corrente. É um ofício que encaminha ao banco e já vai direto para a conta.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Quem era o responsável por fazer essa transferência?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - A transferência, eu, sou eu mesmo.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Foi o senhor mesmo?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Isso. Na época poderia até não ter sido eu, mas geralmente a gente manda alguém. Depois da assinatura do presidente e do tesoureiro, a gente pega o documento e às vezes manda um funcionário, um...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O senhor disse que ele fez telefonemas insistentes e inclusive...

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Isso.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - E até inoportunos em razão da quantidade.

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Como o valor de 300 mil foi pago em setembro de 2003, nesse período eu presumo que tenha havido muitas ligações dele, Dr. Paulo Goyaz, para a Presidência ou para...

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Ah, isso eu desconheço, não é, Deputado.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O senhor disse que ele ligava insistentemente.

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Não. Insistentemente para a Tesouraria querendo saber se tinha algum dinheiro.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Tesouraria?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Tesouraria do partido, que não fica aqui na sede. Fica no Assis Chateaubriand, na W3 Sul.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O senhor sabe me informar o telefone do partido lá?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - De qual? Aqui?



O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Lá.

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Lá na Tesouraria? É 3321-9499.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - É 3321?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - E 9499.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O senhor ou alguém da Tesouraria alguma vez retornou a ligação a ele, dando uma satisfação, dizendo: *"olha...*

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Com certeza, deve ter tido ligação para ele.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O senhor falou alguma vez com ele por telefone dizendo: *"Olha, Dr. Paulo...*

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Com a secretária dele, com a secretária dele, sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O senhor falou com a secretária dele?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Já. Conversei. Cheguei a conversar com ela e tudo.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - E com ele?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - E com ele, 1 ou 2 vezes, por telefone.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O senhor saberia declinar ou indicar o telefone dele?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Ah, eu não tenho de cabeça, não.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Quando o senhor ligava para ele, o senhor ligava para o celular ou ligava para o telefone do escritório dele?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Não. Para o escritório dele.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Só pediria aí à Presidência se nós pudéssemos diligenciar no sentido de saber o número do escritório de advocacia do Dr. Paulo Goyaz ou se o próprio nobre defensor poderia nos fornecer.

O SR. MARCELO LEAL - Sr. Relator, consta dos documentos apresentados, inclusive, o contrato de honorários, com toda a descrição e nome do escritório de advocacia do Dr. Paulo Goyaz, com endereços, telefones, CNPJ, e tudo o mais, *e-mail*, toda a documentação.



O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O Deputado Pedro Corrêa, se me permitir, Sr. Presidente, apenas para ter uma informação direta do advogado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Claro.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - ...ofertou a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico seu e dos seus familiares. Do partido, está acostado, juntado aos autos, ou não?

O SR. MARCELO LEAL - Não. Do partido, não. Mas acho que não haveria nenhum impedimento de providenciarmos isso.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Até para que possamos confirmar as constantes ligações havidas da Tesouraria, do 3321-9499, para o escritório do Dr. Paulo Goyaz, particularmente no mês de setembro de 2003.

O SR. MARCELO LEAL - Acho que haverá mais ligações do escritório do Dr. Paulo Goyaz para esse telefone do que o contrário, porque as cobranças eram feitas do escritório do Dr. Paulo Goyaz para a...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Mas como nós não temos o poder de quebrar o sigilo do Dr. Paulo Goyaz, nós temos condições de solicitar a V.Sa. que...

O SR. MARCELO LEAL - Sim.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - ... junte essas ligações feitas ao longo do mês de setembro, porque o próprio depoente disse que, ele mesmo, numas 2 ou 3 oportunidades, falou. E, quando falava, ligava desse número. Sr. Crepaldi, quando o senhor ligava, ligava desse número para ele?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Da Tesouraria.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Então, tem que ter telefonemas da Tesouraria, no mês de setembro de 2003...

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Não necessariamente. Não é só o número, tem que ver o número que era na época. Não tem problema nenhum a gente pegar e mandar um extrato, alguma coisa.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Quantos fossem o número da época, mas o que é importante para mim é que existissem as ligações registradas do escritório do partido para o escritório do Dr. Paulo Goyaz.



Sr. Presidente, por hora dou-me por satisfeito e vou contar com a contribuição dos colegas que possam acrescentar às perguntas para nos ajudar nesse caso. Agradeço ao Sr. Valmir Campos Crepaldi. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - De qualquer forma fica registrada a intenção e a solicitação de V.Exa. para os efeitos da complementação da instrução da Representação.

Com a palavra o advogado do Representado para as perguntas que se fizerem necessárias.

O SR. MARCELO LEAL - Sr. Presidente, muito obrigado. Eu gostaria que o depoente esclarecesse, já que ele trabalha na tesouraria e tem experiência sobre isso, se os recibos apresentados pelo Dr. Paulo Goyaz eram RPAs — Recibos de Pagamentos de Autônomo?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Exatamente. Recibo de Pagamento de Autônomo.

O SR. MARCELO LEAL - E se ele poderia esclarecer se essas RPAs comumente são apresentadas se destacando o valor de retenção de Imposto de Renda, razão pela qual normalmente o valor é maior do que o pagamento efetivamente realizado.

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Com certeza.

O SR. MARCELO LEAL - Se o senhor poderia esclarecer se esse foi o que poderia ter gerado essa discrepância entre os valores descritos.

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Poderia, o imposto. Os encargos que você está querendo dizer, não é?

O SR. MARCELO LEAL - Muito bem. Se V.Sa. pode ter realizado algum telefonema para o Dr. Paulo Goyaz diretamente do seu próprio telefone celular, até para que posteriormente, eventualmente, a gente venha a apresentar essas contas, se isso for localizado.

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Eu não me recordo. Você vai me desculpar, mas eu não me recordo.

O SR. MARCELO LEAL - O senhor disse que o partido estava impedido de movimentar... Impedido não. Ele havia recebido a informação de que poderia ter



penhoras em sua movimentação bancária. Eu gostaria de saber se em razão disso era comum a movimentação de dinheiro em espécie dentro do partido.

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Não. Em espécie, não é? Mas estava se evitando... O que eles estavam pedindo é que se efetuassem rapidamente os pagamentos, porque a qualquer momento poderia ocorrer o bloqueio do dinheiro. É isso?

O SR. MARCELO LEAL - Uma última pergunta. Eu gostaria de saber se além dos pagamentos que foram efetuados ao Dr. Paulo Goyaz mediante depósito em conta corrente, ou transferência, como o senhor declarou, se foram efetuados também pagamentos de despesas, como despesas de viagens, hospedagens, deste advogado.

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Sim, nós fizemos reembolso de despesa de viagem, de hotel, acredito que até de refeição, não me recordo direito, mas esses valores menores que eu citei há pouco se tratavam de reembolso de despesa.

O SR. MARCELO LEAL - Muito obrigado, Sr. Presidente, só para esclarecer que esses documentos a que me referi agora também já foram anexados.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Pois não.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Quero aproveitar a oportunidade, se os nobres colegas me permitirem, para agregar aqui uma pergunta diante das indagações feitas pelo advogado, no seguinte sentido — e, em seguida, obviamente, também, V.Exa. querendo, eu poderia fazê-lo: eu lhe perguntei inicialmente sobre por que 400 e não 300. O senhor disse que não saberia dizer o porquê. E eu lhe perguntei inclusive se não causava estranheza. O senhor disse textualmente que lhe causava estranheza. Agora o senhor afirma que é bem provável que seja por essa questão dos encargos. Estou dizendo porque voluntariamente o senhor colocou isso.

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Eu sei. Ele aqui agora fez uma recordação que poderia ser o valor dos encargos. Eu não me atentei a isso.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O senhor entende particularmente dessa questão....



O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Não, não entendo não, porque minha parte... Eu não sou contador. Eu sou uma pessoa que prepara os documentos. O senhor está me entendendo? Então, eu não entendo qual é o percentual, mas acredito que sim. Por diversas vezes já tivemos que recolher a diferença do recibo, recolhendo o encargo da pessoa. Já aconteceu.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O senhor fez questão de afirmar aqui que não era regra pagamento em espécie. Que a orientação recebida foi no sentido de que agilizassem os pagamentos.

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Agilizassem os pagamentos.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Em razão de que a conta poderia ser bloqueada.

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Isso.

SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Mas não havia como procedimento comum pagamento em espécie dentro do partido. Não era regra.

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Não, não. Foi a primeira vez que eu presenciei.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Foram essas 2?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Foram essas 2.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Nunca mais?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - E por último, o Sr. Genu, quando esteve aqui — daí o porquê da minha pergunta — afirmou que no começo ele entregava o dinheiro para o Sr. Barbosa...

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Sim.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - ...para que ele efetuasse o pagamento ao Dr. Paulo Goyaz e que, num dado momento, não sei se porque saiu, porque me parece que o Sr. Barbosa faleceu, não sei qual foi a razão exata, mas ele disse textualmente que passou a entregar para o senhor as quantias.

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Não, ele me entregou por uma vez, foi em janeiro. O Deputado Janene me ligou, ele me encontrou no partido e me passou um envelope.



O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - É que o senhor não havia relatado esse fato a mim. O senhor disse que não tinha relacionamento com o Genu.

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Não, não tinha relacionamento, não, mas eu o conhecia de vista, de cumprimento e tudo, sabia que era funcionário do Deputado Janene.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - É, mas o senhor recebeu...

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - O envelope a mando do Deputado Janene, que ligou no partido e pediu para que eu fosse pegar a encomenda com o Genu.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - E o senhor, quando pegou esse envelope, o Genu que lhe entregou?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Foi sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - E lhe entregou esse envelope e ali continha dinheiro, o senhor sabia que estava...

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Já, já podia, porque foi o mesmo procedimento da outra vez que o Dr. Walmor entregou ao advogado.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Então, uma vez que o Dr. Walmor e pelo procedimento ter isso igual o senhor sabia que estava ali recebendo dinheiro do Sr. Genu e essa quantia era de 300 mil.

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - É, disse que era encomenda do advogado, eu já...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Era de 300 mil, a mesma quantia?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Não, senhor, 100 mil reais.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - A única oportunidade que o senhor recebeu, o senhor recebeu 100 mil?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Cem mil reais.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - E, quando o senhor recebeu esses 100 mil, o senhor fez o quê?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Não, passei ao Dr. Paulo Goyaz.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Onde e...



O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Não, foi lá mesmo, na Presidência do partido.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Veja, estava na Presidência do partido o Sr. Janene...

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Não.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O Sr. Genu.

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Não, o Sr. Genu. O Janene me telefonou na tesouraria do partido e pediu para que eu me dirigisse para encontrar, pegar uma encomenda do advogado com o Genu.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Mas o Genu já não estava lá?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Não, senhor . O senhor está vendo... Eu estava aqui na tesouraria, na W3. Eu me dirigi até o partido. Quando cheguei, ele já estava lá.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Isto que eu perguntei: o Genu já não estava lá?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Ah, sim, estava lá sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Então, o Janene te chamou para você receber e entregar.

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Receber a encomenda para pagar o advogado.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Mas, veja, por que ele não ligou para o Genu, que era assessor e falou assim: "*Olha, entrega, o advogado está aí*".

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Não sei. Eu não sei lhe informar.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Ele pediu para o senhor ir pegar o dinheiro...

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Encomenda.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - É como se tivéssemos nós 3 aqui: eu pego o dinheiro, o senhor me dá e eu entrego para ele, quando eu podia ter ligado para o Líder para o senhor entregar diretamente para ele.



O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Sim, ele me ligou, eu estava na tesouraria, pediu para que eu pegasse a encomenda com ele na Presidência do partido.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O Genu, o senhor sabia que ele era assessor do Líder, portanto, homem da confiança do Partido Progressista?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Sim, sabia que ele trabalhava para o Deputado Janene.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O que justificaria o Deputado Janene chamar o senhor para pegar os 100 mil, sendo que o Sr. Genu, funcionário de confiança, já estava lá ao lado do Dr. Paulo Goyaz, no mesmo local...

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Sim, mas o Dr. Paulo não estava, quem estava lá era o Genu. O Dr. Paulo Goyaz só chegou depois. Demorou uma meia hora ou 40 minutos para que ele chegasse até lá.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Mesmo assim, quer dizer... O senhor pegou recibo?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Com o Dr. Paulo sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - De 100 mil?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Foi cento e poucos mil, 120 ou 130 mil, não me recordo direito.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O recibo foi de 120 ou de 130 mil?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Foi em torno de quase 130 mil, eu não tenho ele aqui na...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Mas o senhor não saberia dizer por que ele mesmo, o senhor Genu, não entregou?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Não, não saberia dizer.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Muito obrigado, Sr. Valmir.

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Dr. Marcelo, V.Sa. quer...?

O SR. MARCELO LEAL - Não, muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Com a palavra a Deputada Angela Guadagnin.



A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Sr. Valmir, eu peço desculpa se alguma coisa vou repetir, porque tocou o celular e fui atender lá fora, para não atrapalhar, e agradeço a sua participação aqui no Conselho de Ética para esclarecer esses fatos.

Quando vocês ficaram falando sobre nome de pessoas, eu não consegui identificar, e deve ter sido feita a identificação quando eu saí. Quem é o Dr. Paulo?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - O Dr. Paulo Goyaz, advogado do Deputado Ronivon Santiago.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - E quem é o Dr. Walmor?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - O Dr. Walmor é Consultor Jurídico do Partido Progressista.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Então, o Dr. Paulo é advogado do...

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Dr. Paulo Goyaz.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Dr. Paulo é advogado do Deputado Ronivon.

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Do Deputado Ronivon Santiago.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - E o Dr. Walmor é do partido.

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Era Consultor do partido.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - E quem é o Dr. Barbosa?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - O Barbosa é contador do partido.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Continua?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Não, ele é falecido.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Ah, tá. E quem é agora o contador do partido?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - É a filha. Continua o mesmo escritório, só que a família.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Ah, o mesmo escritório, só que a filha.

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - A família que continua.



A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Está bom. Quando eu cheguei, o senhor estava falando que recebeu um recurso de 300 e que, no entanto, assinou um recibo de 400.

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Não, senhora.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Tá, então. Por isso que eu falei que eu não devo ter entendido, porque eu cheguei no meio da conversa.

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Não, não se trata disso. Trata-se que o Sr. Walmor fez um pagamento de 300, e o advogado apresentou um recibo maior, um recibo de pagamentos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - De 400.

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Isso.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Tá. O advogado Marcelo, Dr. Marcelo, colocou que poderia ser, e o senhor confirmou, que esse poderia ser o pagamento de tributos.

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Isso.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Num valor de 400 mil. Os tributos pagos são de 100 mil?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Pode chegar, viu. Se for uns 30% já dá 90, não é? Eu acredito que seja, eu a credito que seja por aí.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Por que mais do que 10%.

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Muito mais. Vinte e sete já seria quase... Eu, eu já vi caso, quando vem preenchida a guia, já de 27%. Agora, nesse montante eu já não saberia.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Certo.

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Tá?

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - E como é que aquele outro que o senhor falou que recebeu de 100 mil veio com recibo de 120?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Foi.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Cento e vinte, 130 mil.

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Eu não sei precisar, mas...

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Sim.



O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - ...em torno de 130.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Mas também foi para encargos e pagamentos de impostos, essas coisas?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Deve ter sido, não é? Já veio preenchido.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Mas a proporção é outra, então? O valor é outro. Outro valor.

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Não.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - O recolhimento. Porque se lá era 400...

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Sim, mas a importância...

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - ...pagou 300 e ficou com 100, aqui é 120, recebeu 100, deu um recibo de 120.

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Sim. A importância é 100, se a senhora colocar também, se fosse 27% mais ou menos, daria 127, não é?

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Certo. Está bom.

Quem assinou esse recibo?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Foi o Dr. Paulo Goyaz.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Dr. Paulo que assinou? Não foi o Deputado Ronivon?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Não, não. Foi o Dr. Paulo Goyaz.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Tá. E quem entregou esse dinheiro dessa vez que você foi lá testemunhar?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - As 2 vezes foi o Dr. Walmor.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Ah, o Dr. Walmor recebeu de quem?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Não, entregou ao Dr. Paulo Goyaz.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Entregou para.... Mas ele recebeu esse dinheiro de quem?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Eu não sei lhe informar.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Isso ele não falou?



O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Não, não, não, senhora.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Mas da outra vez que o senhor recebeu do Genu...

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Sim.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Uma foi em janeiro, esse do Genu?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Certo, em janeiro.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Em fevereiro... em setembro é que foi do Walmor?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Isso.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Tá. Em nenhuma das 2 vezes o senhor pegou o dinheiro? O senhor só foi testemunha?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Não. Só fui testemunha do pagamento.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Do pagamento.

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - A última vez, sim, senhora, porque eu peguei o envelope.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Tá. Que última vez?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - A última de janeiro, essa de 100 mil.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Janeiro de 2004, então?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - É isso. Que foram os 100 mil reais.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Ah, janeiro de 2004. Ah, tá bom.

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Isso.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - E o senhor pegou com o Genu lá na sede do partido.

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Do partido.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Tá. Aí o senhor pegou esse dinheiro e entregou para quem?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Para o advogado, Dr. Paulo Goyaz.



A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Tá. Então, o advogado recebeu 300, 300 e mais 100, 700?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Sim, senhora.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Qual foi o valor do trabalho dele?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Ah, isso eu não sei precisar à senhora porque não fui eu... eu não tratei dos honorários dele e nem sabia quais eram, tá?

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Está bom.

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Só saberia dizer para a senhora que ele era advogado do... estava advogando para o Deputado Ronivon Santiago.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Tá. Mas se o PP tinha um corpo jurídico, inclusive com o Dr. Walmor, que é o chefe, porque o próprio PP não fazia esse serviço de advocacia, de defesa do Deputado Ronivon?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Não sei. Mas eu acho que foi o próprio Deputado Ronivon Santiago que escolheu esse advogado, eu acho que até de 2002 que ele já era advogado do

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Ah, tá. É, o senhor disse que também houve pagamentos anteriores de 28, 2, 4 mil, que se referia ao que exatamente? Eu não entendi.

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Reembolso de despesa. Houve pagamentos de honorários com notas fiscais que foram depositados na conta corrente do advogado.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Esse valor, 20 mil, era certinho ou era quebrado?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Não, eu me recordo aqui que tem de 20, tem de 8, tem de 4, tem reembolso de despesas, assim diversos. Eu não sei precisar os valores, mas vão ficar nessa faixa que eu estou lhe falando.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Tá bom. Totalmente diferente dos outros 300 mil...

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Sim, senhora.



A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - ...que eram valor de pagamentos dos honorários.

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Sim, senhora. Esses outros eles disseram que eram reembolsos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Tá. Normalmente esses valores dos honorários ele recolhe como pessoa física ou como pessoa jurídica? O senhor não sabe dizer?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Não, eu não sei. Sei que ele emite uma nota, não é? Então, deve ser...

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Eu fiz essa pergunta exatamente porque o senhor disse que no documento dele tem lá *e-mail*, escritório, e tal, inclusive o CNPJ.

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - É. Quem falou foi o advogado...

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Entretanto, o recibo era de pessoa física, se ele tinha CNPJ?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Não. Eu não entendi. Deixa eu explicar para a senhora. Quando foi os créditos em conta, quando a gente vai fazer o pagamento, tem que ter nota fiscal. Então ele entregava aquilo e pedia o reembolso daquele dinheiro. A senhora está me entendendo?

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Tá. Entendi. Só um instantinho.

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Pois não.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Em algum momento esse dinheiro depois foi contabilizado?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Não, senhora.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Em nenhum momento foi contabilizado?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Não, senhora.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Nem os 300, nem os 300, nem os 100?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Não, senhora.



A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Tá. O advogado do Dr. Paulo concordava que fosse assinado um recibo de 400 e recebesse só 300?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - O advogado? Isso eu não sei.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Não, a pergunta que eu ia fazer é a seguinte: quem pagou o imposto? O PP ou o advogado?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Que eu saiba não foi pago o imposto.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Então, se esse dinheiro era para pagar o imposto, o dinheiro não foi contabilizado — está seguindo o meu raciocínio?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Sim, senhora.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - O dinheiro não foi contabilizado, foram descontados 100 mil, dado um recibo de 400 e recebidos 300, o dinheiro não entrou na contabilidade do partido.

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Isso.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - E também, então, com certeza, não pagou imposto.

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Não pagou imposto.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Quem ficou com esses 100 mil?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Eu não sei ... Vai me desculpar, mas...

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Tá. E nem uma vez esses impostos foram pagos. Nem dos 400, dos 400, nem dos 100.

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Não, senhora.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Está bom. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Com a palavra o Deputado Edmar Moreira.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Sr. Presidente, nosso convidado, Sr. Valmir...

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Desculpa, só um instantinho: quem assinou esse recibo?



O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Qual?

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Esse recibo — perdão —, esse recibo que você falou que o Dr. Paulo... Foi o Dr. Paulo?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Ele mesmo, o Dr. Paulo Goyaz.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - E entregou o dinheiro foi o Dr. Walmor.

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Sim, senhora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Restituo a palavra ao nobre Deputado Edmar Moreira.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Sr. Presidente, a gente, nós aprendemos muita coisa neste Conselho de Ética, com certeza. Ou, se não aprendemos, pelo menos tiramos lições e também desaprendemos muita coisa, como não deve ser feito, com certeza. Eu, sem entrar no mérito, eu acabei de ouvir essa parte aí de recebe 300, dá um recibo de 400, que eu gostaria até depois que o nobre Relator, Carlos Sampaio, quando ele... Não, desculpa, pode terminar, porque eu quero inclusive fazer uma indagação, pedir um esclarecimento ao Relator. Mas, pelo que eu sei, aqui no Brasil, felizmente, essa parte de recolhimento de impostos, minha cara Conselheira, Deputada Angela, não funciona dessa forma não. Ainda eu não sei o tipo de contrato de trabalho existente entre o PP e o advogado, mas ou o imposto, parte dele, obrigatoriamente, é retido na fonte, como o Imposto de Renda, por exemplo, ele é retido na fonte, ou consta da nota fiscal o desconto efetuado.

Então, isso para mim é uma modalidade nova, e, com certeza, se for legal, eu vou passar a adotá-la imediatamente. Fica fácil você ter essa margem de poder ou não gastar o dinheiro. Mas, Sr. Relator, eu não tenho perguntas a fazer ao nosso convidado, o Sr. Valmir, mas eu gostaria que o senhor pudesse me fazer um esclarecimento acerca desses honorários que o PP pagou ao Dr. Paulo...

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Goyaz.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Paulo Goyaz. O senhor já verificou, já aferiu — eu não estou lhe perguntado, é só para o meu esclarecimento, com certeza — se esses honorários cobrados, eles se referem a apenas um processo, a vários processos e, se as duas afirmações forem positivas, se esses honorários



estão absolutamente compatíveis com a importância, o trabalho do serviço que foi e está sendo realizado? Essa é a indagação que queria fazer a V.Exa.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Deputado Edmar, a pergunta é extremamente oportuna. A questão é a subjetividade do valor no que tange a uma causa jurídica. Quer dizer, cada advogado pode estipular um preço sem que tenhamos aí um parâmetro em face dessa subjetividade. Mas está sendo objeto de análise por parte deste Relator exatamente isto: a que título foi pago esse valor de mais de 1 milhão de reais para o advogado, se foi tão-somente para defender o Deputado Ronivon ou se outras questões jurídicas estiveram envolvidas nesses pagamentos. Mas confesso que a questão da subjetividade dificulta uma análise no sentido de se afirmar que é muito ou é pouco. Mas eu agradeço a V.Exa. a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Alguma repergunta, Dr. Marcelo?

O SR. MARCELO LEAL - Não, Sr. Presidente, muito obrigado. Só esclarecer, se o senhor me permitir, já que houve a pergunta do Deputado, que me parece que o Deputado Ronivon Santiago sofreu cerca de 36 processos no Supremo Tribunal Federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Trinta e oito.

O SR. MARCELO LEAL - Trinta e oito. Então, se nós fizermos um cálculo simples, de cabeça, dá uma média de 20 mil reais por processo no Supremo Tribunal Federal, que é a Corte máxima do País. Por processo, teríamos um valor razoável, apesar de ser realmente um valor elevado.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Sr. Presidente, ao endossar esse raciocínio, com certeza, a defesa foi quase dativa, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Nós encerramos ...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, eu só pediria mais um minuto a V.Exa., por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Pois não. *(Pausa prolongada.)*
Estava estranhando e até permiti que a assistência fizesse algum alarido aí.
(Risos.) (Pausa.)



O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Eu agradeço a todos a paciência, mas é que eu estava com uma dúvida com relação a uma afirmação feita. Os pagamentos que V.Sa. presenciou nessas 2 oportunidades eram feitos à pessoa física do senhor....

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Dr. Paulo Goyaz?

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - É.

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Sim, para ele.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Mas quando havia o pagamento, via transferência, eram feitos à pessoa jurídica, ao escritório?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Ao escritório.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - E tem uma diferença com relação à questão tributária ser feito à pessoa física ou à pessoa jurídica. V.Exa. não saberia explicar o porquê?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Não, não sei. Disso eu não entendo. De contabilidade eu não entendo, não senhor.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O Deputado Pedro Corrêa, até respondendo a uma pergunta minha sobre o contador do partido, o Sr. Barbosa, quem cuidava desse assunto, ao final ele disse que havia 2 prédios, tratava uma parte aqui, uma parte lá.

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Sim.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - E que quem tomava conta da tesouraria eram esses funcionários: o Sr. Walmor e o Sr. Valmir Crepaldi, V.Sa. Ele assim definiu V.Sa., como quem tomava conta dessa parte da tesouraria. Inclusive, se o nobre defensor quiser ter acesso à resposta, poderei até lê-la, se for do seu interesse. Eu indaguei quem seria o contador do partido. Ele disse assim, respondeu o Deputado Pedro Corrêa: *“Eu avisava isso a ele, e o Dr. Walmor ligava para o Valmir Crepaldi, que é funcionário do partido, e ele preparava então as coisas para ir lá para o 17º andar”* — o senhor.

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Sim.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - *“Quando eu assumi a Presidência do partido, a tesouraria era também no 17º andar, mas como temos 2 salas no*



Edifício Assis Chateaubriand, eu transferi a tesouraria, porque era uma reclamação já de muito tempo do pessoal que trabalhava de que havia, assim, de que era muito bagunçada a tesouraria”. Estou lendo exatamente como ele respondeu, por isso que está meio desconectado aqui. “E como era necessário que tivesse realmente aqueles documentos todos para serem catalogados, aí, então, nós conseguimos transferir a tesouraria para o Assis Chateaubriand. Ela funcionava lá, e quem tomava conta da tesouraria são esses funcionários e o Sr. Valmir Crepaldi.”

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Sim. Não, o tesoureiro acho que era... Eu não entendi o que ele quis dizer aí não, mas o tesoureiro era o doutor, na época, era o Dr. Benedito Domingos, que era o tesoureiro.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O que ele quis dizer aqui textualmente é que nesse episódio, Dr. Paulo Goyaz, pagamento do Ronivon, saque do Genu e repasse, quem cuidava disso era o Dr. Walmor e o senhor.

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Não.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Especificamente para o Dr. Paulo Goyaz.

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Eu não entendi essa... Eu não entendi o que ele quis dizer não, mas eu não...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Eu estou lhe dizendo que o que ele respondeu foi isso.

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Sim.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Que especificamente para este assunto...

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Sim.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - ...ele tratava com o Dr. Walmor e com o senhor.

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Sim, eu acho que foi... o que ele quis dizer é que foi eu que fui lá, eu que peguei o recibo. Eu não entendi o que ele quis dizer, sinceramente.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Eu tive a impressão de que o senhor tinha conhecimento...



O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Não, não senhor.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - ...da questão da tesouraria em si.

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Não, da tesouraria porque eu preparo os pagamentos, eu preparo recibo e tudo. Eu acho que foi isso que ele quis dizer, deve ter sido.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Apenas para que não parem dúvidas aí, alguns colegas conselheiros estavam com dúvida sobre se o dinheiro tinha vindo ou não do PT ou saiu do fundo partidário. O senhor esclareceu que, com relação a esses recursos de 700 mil reais, esses foram oriundos dessa doação.

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - E esses outros pagamentos de 20, de 8, esses eram feitos por transferência com recursos do fundo...

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Do fundo partidário.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Muito obrigado, Sr. Valmir.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - (*Inaudível.*) ...Sr. Valmir, perdão, Sr. Presidente, Sr. Relator...

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Aí eu não vou saber precisar a data para a senhora.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Não, mas foi antes do pagamento dos 300?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Foi antes, foi antes.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Tem data aqui inclusive de 23 de dezembro de 2003. Exatamente a data... um de 20 mil, e os outros... tem um outro de... dia 8 do mês 3 de 2003. São esses que têm aqui. Devem existir mais, mas são datas anteriores, apenas para responder à pergunta de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - O Conselho, através da Presidência, agradece a V.Sa. a presença, atendendo à convocação. Está dispensado.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Com a palavra o Deputado.



O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Sr. Presidente, eu gostaria, se for possível, que V.Exa. confirmasse: hoje, nós notificamos o nobre Deputado José Mentor para uma oitiva às 14h30min. Eu queria que V.Exa. confirmasse essa agenda, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Há uma...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, me permite só pela oportunidade, que ele já está se retirando, só um última pergunta, é para, no sentido de que, se V.Sa. sabia quem comandava ou dava orientação partidária, se era tão-somente o Deputado Pedro Corrêa, ou também o Deputado Pedro Henry, o Deputado Janene e todos agiam...

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Isso eu participava das reuniões. Eu não...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Não tem como informar?

O SR. VALMIR CAMPOS CREPALDI - Não, não.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Respondo. Nós vamos suspender, segundo as anotações da Secretaria do Conselho, nós vamos suspender esta nossa reunião e retomá-la às 14h30min para a oitiva do Deputado Wanderval Santos. É uma reinquirição dele. E me parece — e eu afirmo — que será o último ato dos nossos trabalhos nesta terça-feira, não constando, portanto, o que V.Exa. abordou.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Na minha agenda, ele foi notificado para hoje às 14h30min. Com certeza, à tarde, nós teremos esclarecimento acerca da ausência do Representado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - A Dra. Terezinha está me informando, respondeu que não poderá estar aqui, pedindo desculpas a V.Exa. mas vai lhe enviar por escrito, mas não hoje.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - À tarde seria o momento oportuno para a gente discutir.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Deputado, quem sabe não seria melhor uma discussão coloquial dessa dentro do nosso ambiente administrativo?

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Pois não, pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Está suspensa a nossa reunião. Vamos retomá-la às 14h30min, com a oitiva do Deputado Wanderval Santos, que é o Representado no Processo nº 18/05, e o Relator é o Deputado Chico Alencar. Uma boa-tarde. Está suspensa a reunião.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Havendo número regimental, declaro reabertos os trabalhos da 73ª reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Encontram-se sobre as bancadas cópias das atas da 71ª e da 72ª reuniões.

Indago aos Srs. Parlamentares se há necessidade de leitura das referidas atas.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pela ordem, com a palavra Deputado.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Uma vez que as atas já foram entregues com antecedência, requeiro a dispensa da leitura das atas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Aqueles que forem favoráveis à dispensa da leitura permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Aqueles que forem favoráveis à aprovação das atas permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sr. Presidente, queria justificar minha ausência na sessão pela manhã, porque meu vôo, primeiro vôo de Guarulhos e o único em que consegui vaga, deveria ter decolado às 9h, entretanto, em razão



de um grande tumulto e excessivo número de passageiros, só fui chegar aqui 13h50min, o que impossibilitou a minha participação na oitiva pela manhã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Agradeço ao Deputado.

Srs. Deputados, esta reunião foi convocada para a tomada de depoimento do Deputado Wanderval Santos, representado no Processo nº 18, de 2005, e o Relator é o Deputado Chico Alencar.

Comunico ainda que está presente também o advogado do representado, Dr. Marcelo Bessa.

Antes de iniciarmos, Srs. Deputados, eu gostaria de fazer alguns esclarecimentos sobre a reunião de hoje com o Presidente do Congresso, Renan Calheiros, o Presidente da Câmara e os Líderes partidários e Presidentes de CPMIs. Diversas propostas foram sugeridas na reunião, mas, infelizmente, depois de 4 horas de reunião, nós não chegamos a uma decisão. Possivelmente nós teremos uma decisão amanhã.

Mas, das diversas propostas, já o Presidente Renan, de início, abriu a reunião sugerindo 3 possibilidades.

A primeira, simplesmente uma autoconvocação do Congresso, porque o Governo não o quer convocar. A segunda: existe a possibilidade de aprovação de um projeto de decreto legislativo, do Deputado Raul Jungmann, que modifica todos os conceitos de convocação, inclusive seria uma convocação não remunerada, reduzindo o número de dias dos recessos — seriam 30 dias em julho e 30 dias em janeiro. A terceira proposta é de simplesmente não haver convocação nenhuma.

Alguns sugeriram que o Conselho de Ética trabalhe informalmente com oitivas de testemunhas duas vezes por semana. Quer dizer, as propostas foram as mais diversas.

Eu tomei a liberdade, como Presidente do Conselho, de sugerir a aprovação do decreto legislativo do Deputado Jungmann, que seria uma autoconvocação não remunerada. Expliquei para todos os Líderes que temos 13 processos em andamento. Desses 13, se nós formos convocados, há uma possibilidade de terminarmos pelo menos 8 até o dia 15 de fevereiro. Se não formos convocados, nós também teremos condições de terminar, pelo menos 18, ou mais, até o fim de março.



Isso eu coloquei, apresentei os nomes e me comprometi, inclusive, a fazer uma reunião, se não tivermos convocação, em janeiro com todos os Relatores, para cada um posicionar os seus processos e fazermos um plano de trabalho, para já no dia 15, à tarde, alguns terminarem as suas instruções. Terminadas as instruções, já no dia 16 ou 17 alguns Relatores poderiam ler os seus relatórios, e em fevereiro mesmo teríamos condições de votar pelo menos 4 ou 5 processos — isso se não formos convocados.

Então, mais ou menos este é o quadro. Amanhã os 2 Presidentes vão decidir o que fazer. Eu senti que não vai haver convocação. Quer dizer, dentro de alguns quadros... Por exemplo, o PFL disse que dia 15 já não vota o Orçamento e se retira da Câmara e não vai mais participar. O PSDB ficou no ar, dizendo que o que decidirem ele acompanha. Então, em suma, eu senti que não vai haver possibilidade de convocação, mas vamos aguardar uma decisão final, que vai ser amanhã.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sr. Presidente, ainda sobre esse assunto, há sensibilidade dos Líderes para a proposta do Deputado Jungmann, que modifica o Decreto Legislativo nº 7, de 1995, retirando essa remuneração adicional para as convocações extraordinárias? Houve adesão?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Houve uma adesão muito grande, talvez a maioria.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E por que não votar isso então agora?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Amanhã eles decidem. Já colocamos a nossa posição, vão votar os Líderes todos e a Mesa da Câmara e do Senado.

Srs. Deputados, como eu disse, esta reunião foi convocada para tomada de depoimento do Deputado Wanderval Santos, a pedido do Relator, Deputado Chico Alencar. Eu acho que nós podemos... O senhor quer falar alguma coisa antes? Não?

Então, nós podemos começar com o nosso Relator, Deputado Chico Alencar, já fazendo as perguntas necessárias.

Com a palavra o Deputado Chico Alencar.



O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Obrigado, Presidente, agradeço a todos os colegas aqui do Conselho, sempre operosos, ao Deputado Wanderval, que sempre se coloca à disposição deste Conselho. Nós vivemos essa carência de, das 3 testemunhas que foram convidadas, apenas uma ter comparecido. Mas ainda temos a esperança de que a Sra. Simone Vasconcelos e mesmo o ex-Deputado Carlos Rodrigues possam colaborar com este Conselho, embora, no caso do ex-Deputado, 2 convites — e agendadas datas que ele marcou para vir aqui — tenham sido não cumpridos, com uma justificativa assim muito em cima da hora por ele próprio.

De qualquer maneira, entendi — para de novo reiterar a importância da defesa e do processo absolutamente transparente que o Conselho desenvolve — que seria importante ouvir o Deputado Wanderval sobre alguns aspectos bastante objetivos para podermos começar a caminhar para o final da instrução deste processo disciplinar.

É bom lembrar que o Deputado Wanderval já foi ouvido. Agora será ouvido de novo por mim e pelos colegas do Conselho que quiserem indagar sobre algumas questões. Mas eu então já poderia começar.

V.Exa., de forma muito rápida e autêntica, colocou aqui à disposição do Conselho os seus sigilos bancário, fiscal e telefônico. Entretanto, por uma economia processual e pela agilidade, a mim bastaria que o senhor pudesse, quem sabe até a semana que vem, trazer, entregar a este Conselho, de moto-próprio, a sua movimentação bancária à época da malfadada transferência de recursos do Banco Rural, até quando o problema do escândalo denominado valerioduto surgiu, ou seja, de dezembro de 2003 a julho de 2004. A outra solicitação... Porque eu fui informado que o sigilo, embora a pessoa possa oferecer, abrir, proclamar, sem nenhum problema quanto ao seu exame por parte do Conselho, obviamente demanda decisão judicial e tal. Nesse sentido, se o senhor puder nos trazer, facilita bastante. E também a questão do telefone, em especial o telefone que o senhor assessor, motorista Célio, disse ser do mandato — pelo que entendi, é um telefone celular, o 9963 5348 —, também em igual período. Isso nos ajudaria bastante.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Sr. Relator, eu agradeço. Sr. Presidente, Srs. Conselheiros, Sra. Conselheira, Deputada Angela Guadagnin, é um



prazer estar aqui novamente atendendo, até porque me coloquei à disposição deste Conselho. Eu não teria problema nenhum em trazer essas informações para V.Exa. Naturalmente que vou ter que respeitar só o tempo útil para... talvez de 5 dias úteis. Mas dentro em breve, o mais rápido possível, estará nas mãos de V.Exa.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Hã, hã. Muito obrigado. Agora as indagações, que são absolutamente objetivas, a partir até de leitura de jornal, e não só informação que vem aqui do trabalho no processo especificamente.

O senhor disse aqui — e é óbvio que isso pode mudar, isso não é nenhuma exigência do Conselho e não tem a ver com o processo em si, mas, evidentemente, como estamos todos na vida pública e com relações partidárias e políticas —, o senhor declarou, por espontânea decisão, que não pretendia mais disputar o mandato eletivo na Instituição Parlamentar. E consta que o senhor teria transferido o seu domicílio eleitoral. Isso procede? O senhor transferiu quando e por que razões do ponto de vista político? Se foram razões meramente pessoais de mudar de um lugar para outro é claro que não interessa a este Conselho e a este Relator.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Posso responder a V.Exa. e também responder aos Conselheiros. Tem uma história. Eu sempre tive uma oposição dentro da minha própria casa, com a minha família. Minha família nunca quis que eu fosse político. Eles sempre quiseram que eu seguisse a minha vida sacerdotal, a minha vida de pastor, a minha vida prestando serviço social para as pessoas. E dado esse processo meu, eu estou assumindo muito desgaste político, a ponto de a minha família ser açoitada de uma forma geral na cidade onde eu moro, e eu próprio, porque o meu eleitorado é um eleitorado muito exigente. E eu estou aqui vivendo essa *via-crúcis*, vivendo esse calvário. Estou vivendo dias de angústia, estou vivendo dias de abalo emocional, de abalo psicológico. E a minha família sempre teve essa aversão à política. Eles querem me ver como pastor. Então eu quero dizer a V.Exa. que eu não sou candidato no meu Estado de São Paulo e não serei candidato em Estado algum. Agora, eu tive que tomar uma decisão pessoal com a minha família. Eu já estou com o apartamento alugado, estou com moradia fixa na cidade de Roraima. Eu decidi junto com a minha família, e os meus filhos não querem mais que eu seja... Eu decidi seguir o meu caminho sacerdotal. Eu tenho já uma igreja instituída. Essa igreja está na cidade de Curitiba, mas eu posso colocar



uma filial. Ela já está funcionando em Curitiba, através de um pastor que já está trabalhando lá, que também é ex-pastor da Igreja Universal. E eu estou indo para Roraima, já com a minha residência fixa, com tudo lá para fazer o que eu gosto de fazer, o que eu sei fazer, o que eu sempre fiz na minha vida, que é prestar serviço social às pessoas mais carentes, através de associações, através de fundações, através dos meus programas de rádio, através dos meus programas de televisão, através de assistência às famílias dos presidiários. Eu sempre tive um trabalho social junto aos presídios. Então, é isto que eu quero fazer na minha vida: trabalhar na evangelização, trabalhar como pastor junto com meus filhos e a minha família.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor reside ou residia em que cidade?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, eu resido ainda. Eu estou morando em Campinas.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Campinas.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Mas, por causa do ano letivo dos meus filhos, meus filhos estão estudando, vão entrar de férias agora, parece que no dia 15 de dezembro...*(Choro.) (Pausa.)* Desculpe. *(O Deputado Wanderval Santos emociona-se.) (Pausa.)*

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Fique à vontade. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sr. Presidente, eu requeiro a V.Exa. que suspenda os trabalhos por 2 ou 3 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Está suspensa a sessão por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Obrigado, Sr. Presidente.
(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Está reaberta a sessão.
Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Retomando então, caro Deputado Wanderval Santos, V.Exa. já mudou o domicílio eleitoral?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Já, sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Já transferiu o seu título?



O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Já.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Por coincidência, no prazo...

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - No prazo normal.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - No prazo da legislação eleitoral. Quer dizer, se o senhor — e tem todo o direito. Volto a dizer, isso é apenas uma referência —, se o senhor quiser, como cidadão, ser candidato, no gozo de seus direitos eleitorais, poderá sê-lo não mais em São Paulo, mas em Roraima.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Em Roraima. Mas não serei candidato, porque, como falei, já tinha a minha igreja, já tem essa igreja instituída há algum tempo, ela funciona em Curitiba e eu estou levando a filial dessa igreja para Roraima. Certamente que vou trabalhar nos meus programas de rádio, programas de televisão de uma forma terceirizada, com horários comprados, e fazer meu trabalho de evangelização junto com a minha família.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Como é o nome da igreja?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - É Espírito Santo.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Igreja do Espírito Santo?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - É.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Ela é nova?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Ela deve ter uns 4 anos de fundação.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas o senhor estava na Igreja Universal do Reino de Deus.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Eu estava, mas só que tinha uma outra pessoa que foi dissidente da Igreja Universal, um bispo que saiu, foi morar em Curitiba e montou essa igreja lá. E eu entrei agora dentro da razão social da igreja.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Quando o senhor passou a ser membro dessa igreja?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, eu nunca freqüentei ela, porque ela é lá em Curitiba. Eu freqüento a Igreja Universal, como membro. Mas,



indo agora para Roraima, eu vou levar e vou trabalhar... vou começar do zero o meu trabalho sacerdotal nessa igreja.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas o senhor se manteve vinculado à Igreja Universal do Reino de Deus até agora?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Como membro.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor já mencionou isso aqui, naquela primeira oitiva, mas o senhor deixou a hierarquia da Igreja Universal do Reino de Deus à mesma época que o ex-Deputado Carlos Rodrigues?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, ele foi um pouco depois. Eu deixei em final de janeiro de 2004 até meados de fevereiro de 2004, parece-me que 9 ou 10. Até passei a V.Exa. aquele documento da minha destituição. E o Carlos Rodrigues parece que foi em março, final de janeiro e meados de março de 2004.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Essas destituições que o senhor falou que obedeceram a razões bem diferentes de um e de outro, elas são determinadas pelo chefe maior da igreja?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Há um conselho na igreja, um colegiado de pastores e bispos. Como eles me chamaram, eu coloquei o meu problema pessoal, íntimo, e eles determinaram o que eu queria seguir. E eu, naturalmente até... Hoje eu não escolheria, como eu falei aqui da primeira vez, mas eu escolhi seguir e a igreja não aceitou. Então, eu escolhi o meu caminho e voltei como membro da igreja.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Agora, o senhor falou aí de razão social. Quer dizer, tem toda a parte institucional, toda a parte jurídica, burocrática. Para implantar a Igreja do Espírito Santo em Boa Vista, ou no Estado de Roraima como um todo, o senhor tem que comunicar à Igreja Universal, ou se estabelece uma ruptura...

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - ...ou algo similar à legislação partidária? Porque hoje em dia para se filiar a um partido político tem que ter...

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, não, não. Na igreja...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - ...sair do outro formalmente.



O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não. Na igreja não precisa. Já tem uma ata de destituição minha, naturalmente aprovada pelo colegiado, e eu não preciso informar que abrirei outra igreja. Agora, para abrir igreja, isso são questões administrativas locais que eu preciso ver lá.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor teve essa vinculação de subordinação, como o senhor colocou aqui, com o ex-Deputado Carlos Rodrigues exatamente até quando?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Até março, até as últimas atuações dele aqui como coordenador, não somente comigo mas também com os demais companheiros da bancada da igreja.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - A partir de março de 2004 outro coordenador assumiu?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Assumiu temporariamente, parece que um Deputado Federal aqui, que era o Deputado Marcos de Jesus. E agora eu nem sei quem está coordenando a bancada, me parece que é um Deputado lá do Rio de Janeiro.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor não mais pertence à bancada evangélica?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, eu pertenço à bancada evangélica como um todo, porque aqui eu defendo os propósitos pelos quais eu fui eleito, dentro das condições éticas, morais e religiosas. Disso eu não abro mão, não só pela igreja universal mas por qualquer uma outra instituição evangélica. Mas da coordenação do Rodrigues, disso aí eu saí desde o fim de fevereiro, início de março.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senho nos falou aqui que havia, na ocasião em que essa coordenação se exercia, essa hierarquia própria da Igreja Universal. Ela era praticada aqui e da qual o senhor participava. E havia 7 Deputados vinculados à Igreja Universal?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, Sr. Relator. Acho que tinha mais Deputados. Nós fomos eleitos, se não me engano, foram 13 Deputados Federais.



O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor pode assegurar que todos tinham essa mesma relação de subordinação?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Tinham essa relação de obediência, sim, senhor. Todos da bancada da Igreja Universal tinham essa relação de obediência ao Deputado Carlos Rodrigues.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E essa relação ela era instituída formalmente também? Havia um documento da Igreja...

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, senhor. Não tinha documento nenhum. O documento era a palavra. Até porque, veja bem, nós, não somente eu, mas como todos os meus companheiros, não tínhamos experiência nenhuma de política, e o Deputado Carlos Rodrigues, o ex-Deputado Carlos Rodrigues, mesmo antes de ser Deputado Federal, ele já militava nessa coordenação. Ele era o coordenador geral de todo o Brasil. Ele visitava os Estados, ele é que indicava as pessoas mediante aprovação dos bispos locais, quem ia ser, quem não ia. Então, mesmo antes ele já militava. Então, ele pegou essa bagagem política. E muito mais do que isso, todos nós víamos no Carlos Rodrigues, dada a sua experiência dentro da Igreja, que foi um homem que caminhou junto com o Bispo Edir Macedo na fundação da Igreja no Brasil, na África, na Espanha, em Portugal. Aqui no Brasil, na Bahia. O próprio Estado de São Paulo, Minas Gerais, em vários, ele teve uma participação ativa na fundação da Igreja. E quando nós fomos eleitos, fomos eleitos junto com ele. Esses Deputados, esses companheiros foram eleitos junto com ele. E nós tínhamos, víamos no Rodrigues um expoente que veio para cá para ser o nosso orientador, não somente o nosso orientador político, mas sobretudo nosso orientador espiritual. Tanto que nós nos reuníamos todas as quartas-feiras não somente para tratar das questões espirituais, mas sobretudo das questões políticas e todas as questões. Então, o Rodrigues ele era o nosso líder, era o nosso líder incontestável. Nós víamos nele um expoente, nós víamos nele um norte para nos orientar. E ele, dentro das questões éticas, como falei aqui, dentro das questões morais, dentro das questões religiosas, ele era duro, ele era rígido, ele era muito severo para conosco. E também nas questões políticas, porque veio coincidir que ele também não era Líder de direito, mas era Líder de fato do Partido



Liberal, porque o Deputado Valdemar tinha outras atribuições e ele também cobrava da gente. Então, essa obediência era unânime na bancada eleita e por ele coordenada.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor falou que era uma liderança incontestada. Ao longo dessa relação, em nenhum momento o senhor questionou ou imaginou que ele pudesse não ser tão perfeito, exato, inquestionável assim?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Inquestionável, porque ele não podia errar. Nós víamos nele... Ele não podia errar. Ele nunca nos orientou nada errado dentro de tudo isso que coloquei para o senhor. Era uma pessoa que a gente respeitava muito, olhava com respeito, olhava com...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas ele pedia que qualquer ordem dele, qualquer necessidade dele, qualquer determinação dele fosse cumprida pelos assessores dos Deputados dessa bancada, independentemente da ciência ou da aquiescência dos...

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Dos Parlamentares.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - ...outros Deputados.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Dos Deputados. Por que Deputado Chico Alencar? Era interesse nosso, não somente meu, mas dos outros companheiros, que o Rodrigues tivesse uma boa atuação política. Nunca imaginaríamos — e ele nunca fez isso até que estourou todo esse escândalo aí — de usar os nossos funcionários, no meu caso, como usou, para se locupletar pessoalmente, para benefício próprio. O senhor sabe que quanto maior as responsabilidades maior também eram as atribuições. Ele era uma pessoa muito cogitada aqui. Ele recebia muitas pessoas, Prefeitos, Vereadores — e são muitos, são centenas no Brasil, só da igreja. E como ele veio crescendo politicamente, isso cresceu também. Então, para nós, para mim e para os outros companheiros da bancada da igreja, longe de nós pensar que ele iria usar os nossos funcionários para benefício próprio. Infelizmente, isso veio a acontecer, e eu só vim tomar conhecimento por parte... Porque ele usava sempre, porque precisava, sem pedir



permissão a gente, sem que nós tomássemos conhecimento porque isso era usual, ele fazer isso, conseqüentemente.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas antes mesmo de vir à tona essa questão do propalado valerioduto, das denúncias do ex-Deputado Roberto Jefferson, houve um problema envolvendo o ex-Deputado Carlos Rodrigues, que foi relacionado a Waldomiro Diniz e LOTERJ lá no Rio de Janeiro. Os senhores tomaram ciência disso?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Tomamos ciência pela imprensa.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas aí não houve nenhum questionamento a ele? Me parece que essa teria sido uma das razões pelas quais ele foi...

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Esse questionamento foi interno.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - ...retirado da igreja.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - E. Esse questionamento foi interno. Quando estourou o problema do Waldomiro Diniz, ele foi chamado a São Paulo, e a direção da igreja resolveu afastá-lo e chamou os Deputados e disse que, a partir daquele momento, ele não atuava mais como coordenador político e avisou os Deputados. Mas aí também eu já estava também me afastando da igreja.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor me permita insistir nessa questão porque ela está fundada no escopo da sua defesa: de que a retirada de 150.000 reais por um assessor seu foi determinada à sua revelia pelo ex-Deputado Carlos Rodrigues, a partir de uma relação de subordinação. Por isso, como essa relação ela não é usual, digamos assim, ela existia na época do Império — Igreja, Estado. Na República, busca-se essa separação. Quer dizer, não havia um documento, mas era um consenso, era já uma tradição — que chamava antigamente Direito Consuetudinário — da prática, da vida mesmo, de, na bancada da Igreja Universal do Reino de Deus, haver um coordenador que tinha esse poder máximo sobre os mandatos.



O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Sobre todos nós. Agora, o poder máximo dele não poderia ser usado para situações escusas, como foi usado nesse episódio. Até porque, se isso acontecesse e se nós tivéssemos tomado conhecimento, nós iríamos levar ao conhecimento da igreja e também levar ao conhecimento da Corregedoria da Câmara. Até porque houve problema não somente para a igreja, mas também para a instituição Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Agora, o senhor disse aqui hoje que, além da sua família, que nunca o quis na vida pública, laica, também o seu eleitorado, com essa situação, o fato de o senhor estar aqui vivendo esta situação de representado no Conselho de Ética, ficou refratário a cobranças, a indagações, a questionamentos. Mas em sendo, imagino eu — como o senhor disse até aqui —, um eleitorado basicamente vinculado à Igreja Universal, não seria fácil, não tem sido fácil, explicar a ele isso que o senhor tem nos explicado aqui? Como mandatário, o senhor se subordinava, por ser da igreja, a alguém superior. O eleitorado da igreja não entendeu isso?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - É porque eu tenho 2 problemas.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Porque me parece uma contradição entre...

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, porque eu tenho 2 problemas. O primeiro problema foi a minha saída da igreja. Eu tenho que explicar ao meu eleitorado a minha saída da igreja. E isso eu estou fazendo, por que eu saí. Estou explicando para eles. Agora, eu estou sendo envolvido, Deputado Chico Alencar, nesse episódio, injustamente. E para mim, quanto mais demora esse processo para mostrar para o meu eleitorado que eu sou inocente... Porque, mesmo não sendo mais Deputado, eu quero mostrar para o meu eleitorado que eu sou inocente. Até porque a minha convivência com o meu eleitorado é muito familiar, é a convivência de estar perto, estar conversando através do programa de rádio, através do programa de televisão, através de uma visita às pessoas. E quando tudo isso acontece é como se... é uma decepção. Para mim, as pessoas que confiaram em mim o mandato, confiaram em mim como pessoa, que me viam como um exemplo e



de repente estoura toda essas coisas envolvendo o meu nome, ainda que indiretamente. Porque é uma injustiça o meu nome estar envolvido com uma coisa que quem fez e praticou foi o Deputado Carlos Rodrigues. E para mim é uma angústia, está sendo muito angustiante não estar podendo provar de uma forma rápida aos meus eleitores, às pessoas que me olham como exemplo. Eu estou nessa angústia querendo provar para eles. Para mim é muito difícil.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Agora, o senhor disse que embora tenha havido problemas, o senhor conversou quando o escândalo veio à tona com o próprio Deputado Carlos Rodrigues, dizendo que ele o tinha colocado numa situação difícil, desagradável, mas, em nenhum momento, o senhor falou de uma ruptura com ele. Tem ainda relações, talvez não tão próximas...

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Mas muito abaladas. Até agora há pouco mesmo, quando o senhor me falou, até perguntei ao senhor se havia convocado, e disse "*Não, o Conselho de Ética não tem o poder de convocar.*" Mas as minhas relações com ele estão muito abaladas. E quando aconteceu o problema, desde quando aconteceu o problema eu falei com ele. E a minha angústia foi maior ainda porque ele não assumiu isso publicamente. Aí é que foi a minha angústia, quer dizer, depois que ele assumiu na CPI dos Bingos, até me pedindo perdão... Naturalmente que perdoar a gente tem de perdoar como cristão, mas a minha situação ficou muito difícil porque ele demorou muito em assumir isso publicamente, ao contrário do Célio que, quando surgiu o problema, imediatamente... Ele estava viajando e, quando chegou, apresentou-se espontaneamente. Foi a única pessoa que assumiu publicamente rápido para poder me tirar dessa angústia. E depois o Rodrigues, na CPI dos Bingos, e depois, no seu depoimento na Polícia Federal, ele assumiu isso. Eu fico triste. Muito contribuiria a vinda dele aqui, tanto que eu falei com ele agora há pouco, não me lembro qual foi o dia que eu falei. Eu falei: "*Olha, Rodrigues, você me enlameou. Estou aí vivendo esse processo, tendo de dar satisfação para minha mulher, tendo de dar satisfação para os meus filhos, tendo de dar satisfação para os meus funcionários, tendo de dar satisfação sobretudo à Câmara dos Deputados, tendo de dar satisfação ao meu eleitorado, tendo de dar satisfação às pessoas que me amam — porque dentro da Igreja a gente é muito amado —, tendo de dar satisfação a todas as pessoas, e você me envolve*



injustamente numa situação que você praticou". Mas ele, infelizmente, tem as suas razões. Eu não sou delegado, eu não sou juiz. A gente não tem poder de obrigá-lo a vir ao Conselho, até porque ele me falou "*Não, mas eu já... O que eu tinha de falar eu já falei na CPI dos Bingos, eu falei na Polícia Federal. Eu vou pensar muito.*" Eu disse: "*Bom, aí fica a seu critério.*" Infelizmente, eu não posso obrigá-lo a vir a este Conselho.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - É, ele, na verdade, com esse argumento... Para nós ele apenas marcou uma vez, depois disse que tinha uma impossibilidade e agora, da última vez, disse que tinha de ir para o exterior, quase dizendo que não aceitará mais o convite. Mas ele, ao alegar isso a V.Exa...

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, ele me falou, ele também me falou...Desculpe, ele me falou dessa possível ida dele ao exterior. "*Não, eu estou viajando para o exterior, porque tudo que eu tinha que falar eu já falei. O Conselho já sabe, eu posso me manifestar por escrito*". Mas ele me falou dessa possível viagem dele para o exterior mas que ele iria pensar. Então, eu fico a critério....

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Porque, realmente, o depoimento dele aqui era muito importante, inclusive para elucidar — e eu vou ainda insistir um pouco — essa relação. A relação dos Deputados vinculados à Igreja Universal com essa subordinação hierárquica absoluta ao chefe ela não causou, em nenhuma ocasião, nenhuma discrepância com o partido político?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Isso não era problema?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Porque ele sabia separar as decisões políticas e as decisões da bancada. Até porque são vários Deputados e várias agremiações de partidos, partidárias. E ele procurava respeitar, tanto é que nós tínhamos Deputados do PFL, do PTB e de outros partidos, que seguiam a orientação dos partidos. E, dentro do Partido Liberal, a gente era tudo junto, mas a gente seguia a orientação dele: "*Olha vamos fazer assim...*", seguindo a orientação dele.



O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Agora, o Deputado ele tinha motorista e assessores que poderiam fazer esse tipo de favor que ele solicitou ao Sr. Célio, não é?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Ele quase não usa motorista, ele dirige sozinho. Ele tinha um motorista, mas acontece que o volume de trabalho era muito grande, e um motorista só não dava conta.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E dos seus assessores quem mais ele utilizava, a quem mais ele pedia favores era o motorista?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Mais era ao Célio mesmo e de vez em quando ao meu chefe de gabinete para fazer alguma coisa. Por exemplo, nós tínhamos reuniões, ele fazia uma reunião com todos os chefes de gabinetes dos outros Deputados para orientação política. O meu chefe de gabinete é uma pessoa muito experiente nas questões administrativas. Então, era só para isso.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E o senhor não ficava sabendo, não se interessava por saber?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, porque era uma coisa normal. Às vezes essas reuniões todo mundo participava. Inclusive, nas reuniões de culto, participava todo o pessoal de gabinete e, quando precisava de alguém, ele se dirigia e falava e a pessoa não via problema nenhum em atendê-lo, mesmo sem conhecimento do Parlamentar.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Hum, hum. A partir de quando essa subordinação acabou?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - A partir de março.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Março...

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Março de 2004.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Acabou porque o senhor saiu da bancada da Igreja Universal?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - A razão principal foi essa?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - A razão principal foi o meu desligamento da igreja e, conseqüentemente, da bancada também.



O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Hum, hum. Quanto ao Sr. Célio, quando surgiu a notícia, quando foi publicado que o Sr. Célio, seu assessor, tinha ido no Banco Rural pegar essa quantia, ele estava viajando?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Ele, parece ...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Só para situar de novo o momento.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Parece que ele estava em Belém do Pará.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Ele estava de férias?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - É, porque é o seguinte: lá no gabinete a gente adota o seguinte sistema: uma parte tira o recesso tantos dias e outra parte tira... A gente faz um revezamento, e ele estava dentro desse revezamento, já tinha voltado do recesso, mas ele continuava de férias, porque ele trabalhou uma grande parte dos dias no recesso, e ele estava viajando. Foi quando surgiu o fato pela imprensa.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E o senhor tentou contatá-lo e não conseguiu?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Eu tentei contatar, mas não consegui. Aí ele viu lá, lá onde ele estava, e ele veio imediatamente para cá para Brasília.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Tão logo ele soube, ele veio para Brasília ...

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Ele veio para Brasília.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - No dia seguinte, ou dois dias, porque isso deve ter saído..

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Eu não me lembro, 2, 3 ou 4 dias.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sim.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Sei que ele veio imediatamente.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E aí o procurou?



O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Aí procurei, eu tive uma conversa muito tensa com ele, muito ... Mas também não foi uma conversa muito demorada, falei que ele não deveria fazer isso, mas ele disse: *“Mas, Deputado, eu não sabia, eu nem sabia o que continha no bilhete. Quando eu peguei o bilhete que levei foi quando me deparei com o Banco Rural. Eu entreguei para o Bispo Rodrigues”*. E eu fui tenso com ele, fui muito severo com ele, embora tenha pensado até em demiti-lo na época, mas eu entendi que eu não podia punir pelo fato de ele ter cumprido uma ordem do Rodrigues.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E o senhor também falou, na ocasião, com o Rodrigues? Com o ex-Deputado?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Falei com o Rodrigues.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Nesse tom também, duro?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Foi um tom muito ... foi tenso. Falei com ele muito tenso: *“Você está vendo, o meu nome que está envolvido, por causa de uma atitude dessa sua que nós nunca imaginaríamos que isso ia acontecer. E você envolveu o meu nome”*. Foi uma conversa muito tensa e, daí para cá, o nosso relacionamento... Naturalmente que ele me pediu perdão de ter me envolvido dessa forma, mas realmente a nossa relação ficou muito abalada.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor tem ciência se ele está também se vinculando a alguma outra igreja?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Não está ou não tem conhecimento?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, não. Ele me parece que continua como membro da Igreja, mas abrindo outra igreja, não. Não sei.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor é dono de emissoras de rádio?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Sou, sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Tem várias?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Tenho várias emissoras de rádio, embora agora eu tenho que estar... Eu estou disponibilizando essas emissoras



de rádio. Estou passando as minhas cotas. A gente não é dono, dentro das emissoras de rádio você é cotista e eu estou negociando essas cotas.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - São emissoras de propagação da fé, principalmente?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Principalmente.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E vinculadas à Igreja Universal?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não necessariamente à Igreja Universal, mas outras igrejas. Eu estou passando para outras pessoas.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - São de que Estados essas rádios?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Eu posso, se o senhor quiser, enumerá-las. São de vários Estados: tem na Paraíba, tem na Bahia, tem em Santa Catarina, tem várias emissoras.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E essa sua intenção de passar as cotas de todas elas?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - De todas elas.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas o senhor não tem... não está se dedicando de novo inteiramente à Igreja, no caso à igreja do Espírito Santo, e essas emissoras não poderiam ser úteis nessa evangelização?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Eu estou pensando. Eu estou pensando seriamente em instituir emissora para mim nesse Estado, alguma coisa.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Em Roraima.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - É.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor fez emendas ao Orçamento para Estados ou Municípios, Municípios que não sejam do seu Estado de base eleitoral?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Fiz, sim, senhor. Fiz. Eu fiz umas emendas para o Estado do Rio Grande do Norte, um Prefeito que é um amigo meu, que eu já conheço há muito tempo, lá de uma cidade chamada Martins e Serrinha. Eu tenho feito algumas emendas para lá, até porque também eu faço parte de uma fundação. E essa fundação também eu quero trabalhar para fazer obra social na fundação ligada a essa igreja.



O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E essa fundação é do Rio Grande do Norte?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - É do Rio Grande do Norte.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Ela tem título de utilidade pública?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Tem, sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas como é que o senhor faz parte?
Eu não entendi bem.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Agora, eu vou...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor é diretor da fundação?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não. Eu vou começar, até porque como Parlamentar parece que a gente não pode ser. Eu vou levar ela junto com a igreja para fazer a minha obra social lá no Estado.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Isso no Rio Grande do Norte.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - No Rio Grande do Norte, mas ela pode funcionar como filial. A gente pode levar a filial para qualquer Estado.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Da fundação. Como é que é o nome da fundação?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Agora eu não me recordo o nome da fundação. Eu posso passar para o senhor. Maria Fernandes dos Santos.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Maria Fernandes dos Santos. O senhor tem assessores que fazem parte dessa fundação ou têm vínculos de parentesco?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Tenho, sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Quais são os vínculos? Quem é o assessor?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Os vínculos de parentesco e da fundação eu não sei, mas eu sei que ele é que toma conta da parte administrativa, que é o Martins.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - É seu assessor?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - É meu assessor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Ele é de São Paulo?



O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não. Ele é do Rio Grande do Norte.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sei.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Mas mora aqui em Brasília.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Então, o senhor fez emendas ao Orçamento para prover de recursos essa fundação...

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - De um trabalho social que ela tem lá no Rio Grande do Norte.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E o seu assessor é da direção desta fundação. Bom, por fim, da minha parte, salvo outro questionamento que me ocorra, enquanto o senhor estiver aqui disponível, eu queria encerrar ainda com essa questão dos mandatos subordinados. O senhor tem ciência de que esse sistema prossegue em relação aos Deputados vinculados à Igreja Universal?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, senhor. Depois da coordenação do Rodrigues mudou muita coisa, né? Acho que cada um agora está com a sua independência, trabalhando, naturalmente respeitando essas questões éticas, morais e religiosas, mas cada um está fazendo o seu trabalho.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor pode dizer, avaliando, fazendo uma visão assim de retrospectiva, que os mandatos não tinham independência?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Olha, Deputado Chico Alencar, eu posso dizer para o senhor uma coisa: o meu mandato, eu posso até passar às mãos de V.Exa. e às mãos dos Conselheiros aqui a minha atuação Parlamentar, embora houvesse essa obediência ao Rodrigues. Mas se o senhor acompanhar os meus projetos de lei o senhor vai ver que a minha atuação Parlamentar foi totalmente independente nesta Casa. Eu tenho 53 projetos de lei — o senhor sabe que é muito difícil a gente trabalhar aqui como Deputado, é muito difícil um Deputado aprovar um projeto de lei seu —, eu tenho 53 projetos de lei enumerados para que o senhor e os Conselheiros tenham acesso, entre os quais 4 desses projetos de lei já estão no Senado para aprovação. Então isso, eu particularmente entendo que,



embora houvesse essa obediência, eu tive o meu mandato exercido com independência.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas, de qualquer forma, como o senhor disse aqui da primeira vez, o Deputado Bispo Rodrigues, o ex-Deputado, em função dessa hierarquia externa ao Parlamento, ele podia pedir favores ou determinar ações para qualquer assessor de qualquer gabinete?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Sim, senhor. Podia, sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Isso estava estabelecido?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Já era estabelecido, até porque havia um consenso dentre nós, os outros companheiros da igreja; havia um consenso, até porque nenhum de nós imaginávamos que ele iria fazer alguma coisa errada. A partir do momento em que ele fez uma coisa errada, eu já estava me desvinculando da igreja e os outros Deputados seguiram o seu caminho, mas ele tinha total independência.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Bom, da minha parte, por enquanto, eu estou satisfeito. Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu pergunto ao advogado, Dr. Marcelo Bessa, se quer fazer alguma pergunta?

O SR. MARCELO BESSA - Não. Obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Vamos aos inscritos.

Com a palavra o Deputado Orlando Fantazzini.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero cumprimentar o nobre Relator, Deputado Wanderval, Dr. Bessa.

Deputado Wanderval, o senhor está em qual mandato? Segundo mandato.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Segundo mandato.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Antes de Deputado Federal o senhor teve algum outro mandato?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Só Deputado Federal.



O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Só Deputado Federal.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Quer dizer, os dois mandatos que o senhor tem na política são de Deputado Federal.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - No Estado de São Paulo o senhor era o coordenador político da Igreja Universal?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - É, eu auxiliava o Rodrigues, eu não era o coordenador.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - No Estado de São Paulo.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - No Estado de São Paulo...

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - O senhor era o coordenador?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, senhor. Quem era o coordenador era o Rodrigues, mas eu o auxiliava lá.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Ah! O ex-Deputado Carlos Rodrigues era o coordenador então de...

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - De todo o Brasil.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - De todo o Brasil.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - De todo o Brasil. E eu auxiliava ele lá.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - No Estado de São Paulo o senhor o auxiliava. O senhor tem uma experiência de 2 mandatos e de coordenação política. Quer dizer, o senhor tem uma ação respeitável dentro da bancada evangélica, mesmo aqui quanto no Estado de São Paulo. Embora auxiliando, mas eu me recordo que o senhor sempre teve... Eu fui Vereador em Guarulhos, com Vereadores da Igreja Universal, que sempre faziam referência a V.Exa. da forma de alguém a quem eles deviam satisfação e o respeito por ser o coordenador político.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Certo.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Isso é correto, né? O senhor disse para nós aqui agora que tem algumas emissoras de rádio, tem cotas.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Sim, senhor.



O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Todas no Estado de São Paulo?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, senhor. Tenho algumas em São Paulo, mas tenho na Bahia, quer dizer, tinha, Santa Catarina e Paraíba.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Essas rádios são de propriedade...

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Minha.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Do senhor.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Minha. Eram cotas minhas, porque eu...

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - O senhor era o majoritário?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Não.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, sempre minoritário.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - E familiares também na direção?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - É, sim, senhor.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Mas juntando tudo, a família detém...

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, não. Minha família, não. Era só eu mesmo.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Ah! Só o senhor.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Só eu.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - E quem mais participa com o senhor na...

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Outros sócios, né?

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Outros sócios.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Outros sócios ligados à igreja ou não, mas outros sócios.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Deputado Fantazzini, me permita dentro desse assunto



O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Pois não.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Dentro desse assunto, o ex-Deputado Carlos Rodrigues tinha cotas de algumas dessas?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Tinha, sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR – Tinha.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Tinha.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Eu tenho uma relação aqui que é pública, Ministério das Comunicações, só para confirmar ou não.

Rádio Aratu.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Bahia.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor tem cotas?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Tinha.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Não tem mais?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, senhor, já ...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E o Deputado Rodrigues?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - O Deputado Rodrigues, eu não sei. Acho que ele tinha algumas cotas na Rede Record e parece que no jornal de Minas Gerais.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas nessa *Rádio Aratu* não?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não. Eu também não sei se eu tenho alguma cota...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - *Rádio Rijomar*?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - *Rádio Rijomar* também tinha cotas.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Da onde é?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - De Bauru.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - São Paulo.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Ela é... a concessão é para Gália. É uma pequena cidade a 100 quilômetros de Bauru, fica entre Bauru e Marília, mas também já passei as cotas.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Perto de Lupércio?



O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - É.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Vê que eu conheço.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - É.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - *Rádio Cultura?* E não tenho um voto lá. *Rádio Cultura?*

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Você tem que mudar para São Paulo para ter voto lá.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - *Rádio Cultura* é da onde?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não sei. Cultura de... É só cultura?

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Não. *Rádio Cultura* de Gravataí?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Gravataí é de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Também...

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Também tinha, mas não tenho mais.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - *Rádio Liberdade*.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Essa é Paraíba.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - De Santa Rita.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Santa Rita é Paraíba.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Paraíba?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - É.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor tem cotas?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Tinha.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Tinha?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - É.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - *Rádiodifusão Cultura*.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - É da onde essa daí?

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Não sei. *Rádiodifusão Cultura Ltda*.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Parece-me que essa rádio....

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Sr. Relator, desculpa, só uma curiosidade. Que tipo de rádio? AM, FM?



O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - FM.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - FM?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - *Rádio FM.*

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Correto.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor teve cotas de alguma radiodifusão e cultura?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Também. Já tive.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E *Rádio Continental FM?*

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - *Continental? Rádio Continental,* é, parece-me que é Curitiba.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor tinha cotas?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Tinha cotas lá também.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas tinha de todas, não tem mais de nenhuma?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, senhor. Eu estou passando as minhas cotas.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Está passando ou já passou?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Já passei.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Às vezes o senhor nem... Quem me dera ter esse poder de comunicação de não saber se uma rádio é minha.

É, o Deputado, o ex-Deputado Bispo Rodrigues...

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Tinha também.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Foi sócio em algumas, foi cotista, parceiro.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Foi cotista, mas também não sei se ele passou.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor não sabe de quais dessas?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, não, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Desculpe, Deputado Fantazzini.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Não, pois não.



A personalidade jurídica dessas rádios era qual? Por exemplo, de Curitiba? A sociedade, quem eram os sócios, além do Bispo Rodrigues?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não. Eram todas limitadas.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Todas limitadas?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Todas limitadas. Todas elas limitadas.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - E além do ex-Deputado Carlos Rodrigues, o senhor mais algum Deputado que também faziam... eram acionistas?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Tem alguns Deputados que eram acionistas ou são acionistas. Eu não sei. No meu caso, as minhas cotas eu estou negociando para poder seguir meu caminho até ficar com uma emissora só, até porque concentra. Tomar conta é muito difícil. Então, eu quero concentrar o trabalho agora num lugar só para crescer.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - E o senhor saberia informar, quer dizer, provavelmente deve saber porque era sócio, foram concessões novas ou foram aquisições, transferências de concessões?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não. Já foram transferências de concessões.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - De concessões. Quer dizer, a concessão já tinha sido efetuada.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - É, efetuada. A transferência...

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Para outra pessoa, e o que ocorreu foi a transferência de concessão.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - É.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Além de rádios, também emissoras de tevê ou UHF?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não. Só rádio.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Só rádios?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Só rádios.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Televisão não?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - No meu caso é só rádio.



O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Só rádio.

Sr. Presidente, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado José Carlos Araújo.

(Pausa.)

Não havendo mais ninguém inscrito, pergunto ao Sr. Relator....

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Eu tenho mais uma indagação, porque provavelmente é a última vez que vamos fazer esse tipo de questionário próprio do processo disciplinar.

O senhor nunca teve nenhum parente ou contraparente — eu estava perguntando aqui para a assessoria. Quem não é consangüíneo, um cunhado, uma sogra, é chamado de contraparente. A expressão não é muito simpática, ainda mais em se tratando-se de sogra. Parente por afinidade. O senhor tem alguma parente por afinidade — agradeço à Luciana pelo socorro — que está com algum imóvel, em um condomínio de Vinhedo, à venda, agora ou mais recentemente, ou desde, nesse período que corresponde a essa Legislatura?

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Não tem.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não tenho.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Hum! Hum! Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Srs. Deputados, não havendo mais ninguém inscrito, pergunto ao advogado do representado se deseja fazer uso da palavra.

O SR. MARCELO BESSA - Não, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Não. Não querem falar alguma coisa? *(Pausa.)*

Srs. Deputados, antes de encerrar eu gostaria de fazer um apelo a todos os Deputados que são Relatores de matéria: por favor, até amanhã, entregar um relatório de cada processo. Inclusive quero alertar a Deputada Angela Guadagnin que chegaram algumas petições dos advogados do Deputado José Janene. Eu gostaria que V.Exa. ficasse a par. E conosco...

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Era só uma...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Não, mais uma ainda. Inclusive o Deputado José Janene mandou por meio do seu advogado, também, uma petição à Mesa da Câmara dos Deputados. Então, gostaria que V.Exa., conosco, resolvesse esse problema.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sr. Presidente, desculpe a minha curiosidade. É porque o Deputado José Janene, além de ser um dos Deputados que estão sendo processados aqui pelo Conselho, também está arrolado como testemunha, no caso do Deputado Pedro Henry. *(Risos.)* Então, eu tenho interesse em saber... *(Risos.)* E do Pedro Corrêa, também, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Porque aí eu quero lembrar também ao Deputado Carlos Sampaio que no rol de testemunhas possivelmente serão as mesmas dos Deputados Janene com o Pedro Corrêa, não é? Poderíamos fazer todos juntos.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Agora, eu espero resolver o problema do Deputado José Janene até amanhã.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sr. Presidente, o senhor me permite?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Eu estou informado pela Secretaria do Conselho que os Srs. Delúbio e Marcos Valério não estão dispostos a comparecer como testemunhas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Não.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - É a informação que a Sra. Terezinha me passou. Diante disso, eu quero requerer, ouvido o Plenário, a dispensa da oitiva dessas testemunhas, para não prejudicar nossos trabalhos.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sr. Presidente, eu, dentro do mesmo espírito, gostaria que V.Exa. determinasse, uma vez que o Plenário já deliberou, tendo em vista a recusa do Sr. Benedito Domingos,...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pela quinta vez.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - ... pela quinta vez, que agora apresentou um atestado médico, que ficou doente a partir de segunda-feira, mas sexta-feira estava participando de uma sessão solene dentro desta Casa — ele só adoeceu segunda-feira para não vir aqui hoje —, que sejam extraídas cópias de todas as recusas dele e de todo o material e das denúncias que ele fez pela imprensa e remetidas ao Ministério Público.

Acho que qualquer cidadão de bem deveria, tem o dever — não deveria — tem o dever de colaborar em todo e qualquer processo de apuração de qualquer fato. O Sr. Benedito Domingos tem demonstrado que não quer colaborar. Embora tenha lançado um conjunto de denúncias pela imprensa, agora vive recusando-se a prestar colaboração, que não é um comportamento de um cidadão digno.

E, por outro lado, hoje, teríamos a oitava, aprovada no processo do Deputado Pedro Henry, do Deputado Robson Tuma, que não compareceu. Como é um requerimento do Plenário, do Conselho, eu também queria consultar se o Plenário acha indispensável a oitava de S.Exa. ou, caso contrário, que se manifeste pela desistência.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Ah! Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sr. Presidente, sobre esse último ponto, eu desconheço a razão, o motivo da não presença do Deputado Robson Tuma. S.Exa. comunicou alguma coisa a este Conselho?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - S.Exa. comunicou, sim, que não gostaria de vir depor, sugeriu que viesse em uma das reuniões e, em havendo necessidade, o Deputado Orlando Fantazzini faria as perguntas para S.Exa. como membro do próprio Conselho. Foi isso que S.Exa. disse: que não viria depor, não.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sr. Presidente, eu concordaria, nobre Relator — eu também gostaria de fazer algumas indagações — eu concordaria que S.Exa., então, compareça amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Srs. Deputados, nós continuaremos e vou dispensar o Deputado Wanderval Santos. *(Pausa.)*



Pois não, Deputado Jairo Carneiro.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sr. Presidente, então, eu quero acreditar que não haverá prejuízo para que nós possamos contar com a colaboração do Deputado Robson Tuma. Que ele compareça amanhã, na reunião que vai ocorrer, e eu também vou fazer perguntas a ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sr. Presidente, desde que façamos um acordo com o Deputado Robson Tuma, ele comparecendo a uma reunião administrativa, havendo a possibilidade dos questionamentos que todos os membros do Conselho querem dirigir a ele, nós, então, dispensamos a oitiva dele aqui. Caso contrário, nós vamos ficar insistindo, então.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu vou convidá-lo para comparecer amanhã, na reunião ordinária, e nessa ocasião, então, os Srs. Deputados farão as perguntas a ele.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Nelson Trad, por favor.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Entendo que não será uma afirmação leviana e muito menos temerária. Eu tenho ouvido em silêncio e me manifestado de forma bastante tímida em relação às reiteradas e intermitentes respostas do ex-Deputado Benedito Domingos.

O ex-Deputado viveu conosco aqui, nesta Casa, durante 8 anos. É um político reconhecidamente reputado aqui no Distrito Federal. Não é nenhuma reação de animosidade que eu quero manifestar, mas eu vou dizer aqui aos meus colegas, aos meus companheiros de Conselho, que eu tenho todos os jornais que trazem entrevistas e declarações, não desmentidas até agora, do ex-Deputado Benedito Domingos. E quero aqui manifestar que vou usá-las em todos os procedimentos para que eu possa firmar a minha convicção a respeito do depoimento do Sr. Benedito Domingos, até o momento em que ele venha aqui ao Conselho ou, através de declaração reconhecidamente fiel, manifeste que aquilo tudo que ele falou até agora não vale nada, mas é uma invenção da imprensa.



Era essa a manifestação.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não, Deputada Angela.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Como todos os casos estão muito misturados entre si, eu pediria ao Deputado Nelson Trad que nos fornecesse cópia dessa documentação que ele tem, até para nós também fazermos juízo de valor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sr. Presidente, eu peço a V.Exa... Creio que o silêncio circunstancial indica aquiescência do Plenário, mas é para que não haja prejuízo à defesa nem alegação de cerceamento de defesa, porque nós indicamos os Srs. Delúbio e Marcos Valério como testemunhas, que hoje o Supremo confere o título de testemunhas de acusação. E, para que não haja prejuízo, porque, com a dispensa que seja aprovada agora pelo Plenário, nós poderemos ouvir as testemunhas da defesa, e não ouviremos mais esses 2 personagens. Então, é importante que aprovemos este requerimento nosso da dispensa.

Segundo, a respeito do Sr. Benedito Domingos, nobre Deputado Trad, eu não quero antecipar um juízo de valor, mas quero provocar uma reflexão. Creio que qualquer declaração que ele tenha emitido, ou atribuída a ele, acho que nós devemos ter o necessário cuidado para não atribuir cunho de veracidade, salvo se for contra a pessoa do Sr. Benedito Domingos.

A declaração que qualquer órgão de comunicação tenha divulgado atribuída a ele, ou que ele tenha efetivamente feito, formulado, e que haja documentos comprobatórios, deverá ser aceita pelo Plenário, se for contra ele, mas não para imputar responsabilidade ou culpa a outrem, se ele não vier aqui confirmar e permitir que formemos um juízo e uma convicção a respeito. É o meu sentimento. Mas peço que ponha em votação a dispensa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Colocarei em seguida, Deputado.

Com a palavra o Deputado Edmar Moreira.



O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Sr. Presidente, há 2 requerimentos de minha autoria sobre a mesa e, no momento oportuno, gostaria de me manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Colocarei em votação imediatamente.

Sras. e Srs. Deputados, colocarei em votação primeiro o requerimento do Deputado Jairo Carneiro.

Aqueles que forem favoráveis permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Da mesma forma, o requerimento do Deputado Orlando Fantazzini.

Aqueles que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Há sobre a mesa 2 requerimentos do Deputado Edmar Moreira: um que requer a juntada de documentos encaminhados ao Exmo. Sr. Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, intitulados *Manifestação de Apoio ao Deputado José Mentor*, contendo 63 assinaturas dos Deputados da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo e 9 assinaturas de Vereadores da Câmara Municipal de Americana, no Processo nº 11, de 2005, em trâmite perante este Conselho.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Aqueles que forem favoráveis permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O outro requerimento requer a notificação de data, horário e local definitivos da audiência do Deputado José Mentor, representado no Processo nº 11, de 2005.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Sr. Presidente, gostaria de fazer um comentário acerca desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Sr. Presidente, submeti a este Conselho, há praticamente 20 dias, um cronograma do meu trabalho, dando com certeza todos os prazos e datas regimentais, no qual o relatório e voto seriam lidos no dia 8 de dezembro próximo passado. Mas ocorre, Sr. Presidente, com todo o



respeito que tenho à presença e à pessoa de V.Exa., e o ratifico no momento, e a todo este Conselho, que está havendo, por parte da Casa, manobras realmente protelatórias.

Certamente, chegamos ao fim do ano com a sensação do dever cumprido, mas estou, de certo modo, frustrado, com todo o respeito, em relação a nossa produção no Conselho de Ética. Com certeza, repito, isso não está absolutamente endereçado a nenhum Relator, tampouco à Sra. Relatora aqui presente, porque somos testemunhas do cuidado, da ponderação, da habilidade de V.Exa. em atender e não cercear a defesa, absolutamente, em nenhum aspecto. Mas dizem que pouco remédio mata e muito também, porque enterra o paciente.

Com certeza, ainda não atingimos aquele ponto de equilíbrio. Se não me engano, há 4 processos cujos relatórios, a esta altura, já poderiam ter sido lidos e até apresentados os votos. Repito: respeito, não estou fazendo esse endereçamento a nenhum dos Srs. Relatores presentes, mas há na Casa talvez um surto do vírus “protelangis”, que acaba jogando nosso trabalho numa vala comum, como temos assistido por aí afora.

Baseado nisso, quero dizer a V.Exa., que melhor do que ninguém tem sido testemunha da atenção e do atendimento feito ao Deputado José Mentor, representado no processo que me competiu a relatoria. Daí, eu queria a permissão de V.Exa. para ler aqui, rapidamente, o teor desse requerimento, que ele, por si, se explica. E fico, repito, de certo modo, frustrado, não que eu tenha pressa, Deputado Chico Alencar, absolutamente. Dizem que a pressa é inimiga da perfeição. Mas temos um prazo a cumprir e, com certeza, independentemente desse prazo, este Conselho tem uma missão e tem uma satisfação a dar a esta Casa e à comunidade como um todo. Então, não podemos absolutamente admitir manobras dessa natureza.

Eu fiz um levantamento, Sr. Presidente: aproximadamente 43 testemunhas convidadas a comparecer a este Conselho simplesmente não vieram. E, às vezes, o mal exemplo parte da própria Casa. É o Deputado que não se interessa em vir! E há um ledor engano daqueles que analisam que a testemunha — o senhor exaustivamente tem falado isso — é de acusação. Absolutamente! Nós temos visto casos aqui que a testemunha convidada pelo Relator até beneficia, em certos



pontos, ela esclarece mais para o representado do que a testemunha que ele convidou propriamente dita. Mas, evidentemente, eu estou chovendo no molhado.

Vou ler rapidamente o requerimento. Eu acho que essa leitura é importante, Sr. Presidente, e, ao final dela, fica o meu requerimento, a respeito do qual eu gostaria que V.Exa. tomasse providência:

“Sr. Presidente, considerando a ausência, na presente reunião, do Deputado José Mentor, representado no Processo nº 11/2005 — em trâmite perante este Conselho, embora tivesse sido o representado previamente notificado a comparecer a esta reunião, prevista para as 14h30min desta data, conforme certidão expedida pela Sra. Terezinha Miranda, Secretária do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Considerando a recusa do convite pelas testemunhas arroladas por esta relatoria, Senhores Marcos Valério Fernandes de Souza, Rogério Lanza Tolentino, José Roberto Moreira de Mello, Haroldo Bicalho e Silva e Luis Costa Pinto para comparecerem perante este Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, sendo que a primeira sequer se manifestou acerca do convite e as demais comunicaram formalmente a impossibilidade de seus comparecimentos.

Considerando que, conforme certidão emitida pela funcionária deste Conselho, Sra. Nádia Avelina Pacheco Fortes, Ponto nº 4.990, datada de 11 de novembro de 2005, não foi possível, por recusa, notificar o representado, Sr. Deputado José Mentor, para sua participação em reunião prevista para o dia 16/11/2005, por ocasião de oitiva da testemunha por ele arrolada, Sr. Paulo Roberto Falcão Ribeiro.



Considerando que esta relatoria, visando à organização de seus trabalhos, no dia 16 de novembro de 2005, apresentou ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, por intermédio de seu Presidente, requerimento de solicitação de aprovação de cronograma e encaminhamento de questionários, inclusive, em caráter excepcional, às testemunhas que não possuem tal prerrogativa e que, submetido à discussão e votação o requerimento, foram aprovados o cronograma e questionários a serem encaminhados a S.Exas. o Ministro da Justiça e o Presidente do Banco Central do Brasil, sendo negada a excepcionalidade.

Considerando que este Conselho não possui poder coercitivo para fazer apresentar as testemunhas e que, conforme entendimento deste Colegiado, as oitivas de testemunhas em outros processos e procedimentos podem ser carreados para os autos do processo no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, sem qualquer prejuízo para os seus trabalhos ou para a defesa do representado, esta relatoria requereu a dispensa de suas testemunhas, sendo o requerimento submetido pelo Presidente aos membros do Conselho, discutido e aprovado, em 17 de novembro de 2005, conforme ata da 63ª Reunião Ordinária.

Considerando que, conforme cronograma apresentado por esta relatoria e aprovado pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, as testemunhas arroladas pelo representado, Senhores Rubens Approbato Machado, Antônio Celso de Queirós e Paulo Roberto Falcão Ribeiro, deveriam ter sido ouvidas no dia 24/11/2005, quinta-feira, e realizada a oitiva do



representado, Deputado José Mentor, no dia 25/11/2005, sexta-feira.

Considerando que no dia 22 de novembro de 2005, na presença do Exmo. Sr. Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, foi solicitada pelo representado José Mentor, sob a alegação de impossibilidade de comparecimento de suas testemunhas nas referidas datas, a audição de suas testemunhas nos dias 29 e 30 de novembro de 2005, e a sua própria oitiva no dia 1º de dezembro de 2005, o que foi aceito pelo Relator e confirmado pelo Exmo. Sr. Presidente do Conselho.

Considerando que no dia 30 de novembro de 2005, novamente na presença do Exmo. Sr. Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, foi solicitada novamente pelo representado, Deputado José Mentor, sob a alegação de impossibilidade de comparecimento de seu advogado para a sua oitiva, prevista para o dia 1º de dezembro de 2005, a alteração da data de sua oitiva para os dias 12 ou 13 de dezembro de 2005, sendo definido pelo Relator a data de 13 de dezembro de 2005, terça-feira, às 14h30min, para a realização da reunião.

Considerando que, conforme informação da Sra. Terezinha Miranda, Secretária do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, embora tenha sido notificado o representado, Deputado José Mentor, previamente, da confirmação da realização da reunião deste Conselho e sua oitiva, para as 14h30min do dia 13/12/2005, terça-feira” — hoje — “teria dito que não se faria presente, insistindo em realizar a sua oitiva no dia 12/12/2005, segunda-feira!.”



Esse é um caso típico de ele querer menos prazo. Eu não entendi, queria ontem, mas ontem não dava, ficava para hoje. Tudo bem!

“Considerando, por derradeiro, que esta relatoria e o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar têm oportunizado ao representado, Deputado José Mentor, o mais pleno e amplo direito de defesa, inclusive tendo alterado sua programação de oitiva de pessoas por 4 (quatro) vezes a seu pedido, tendo havido uma recusa de intimação, alteração de datas de oitivas de testemunhas do representado, duas alterações das datas de oitiva do representado (dias 30 de novembro e 1º de dezembro de 2005).

Conclui-se, permissa venia, que o representado, Deputado José Mentor, tem-se utilizado da boa-fé deste Relator e do Exmo. Sr. Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para tentar procrastinar os trabalhos deste Conselho, protelando as datas das oitivas de suas próprias testemunhas e de seu comparecimento perante este Colegiado.

Isto posto, esta relatoria requer a V.Exa.”, ouvidos os ilustres membros deste Conselho e a Conselheira, “que o Deputado José Mentor, representado no Processo nº 11/2005, seja ouvido na primeira reunião deste Colegiado, mediante concordância prévia deste Relator, procedendo à notificação do indigitado Parlamentar, nos termos do Código de Ética e Decoro Parlamentar, de seu Regulamento e demais normas regimentais, sob pena de sofrer os efeitos da revelia.”

Sr. Presidente, fiz questão de dar os detalhes, porque, com certeza, o atendemos em todos os adiamentos e prorrogações, inclusive com autorização de V.Exa. Agora, tudo, absolutamente tudo, tem um limite. Eu quero terminar meu



trabalho e não posso fazê-lo sem a colaboração, a oitiva, a presença do nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Vou colocar em seguida em votação. Mas antes gostaria de esclarecer a V.Exas. que o Deputado José Mentor procurou a Secretaria do Conselho, procurou-me pessoalmente também, dizendo que tinha conversado com V.Exa. que o advogado dele não poderia comparecer hoje, o Dr. Mariz, e se colocou à disposição para outra data. Eu estou sugerindo a data de quinta-feira.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - À tarde? De manhã?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - De manhã nós temos o depoimento de 3 testemunhas. Poderíamos fazer às 14h.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Quinta não dá, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Como?

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Quinta não dá. Isso é uma desculpa. Eu levo absolutamente como verdadeiro o que V.Exa. está dizendo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - É, foi o que ele me disse...

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - ...mas o representado aqui não sou eu. Eu parto do princípio de que o que eu li aqui é que é a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Certo. De qualquer maneira, acho que devemos entrar em contato com o Deputado José Mentor, sugerindo a data. A única data que nós temos é quinta-feira. Não temos outra data. Amanhã será o Deputado Vadão Gomes.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Em que horário?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Amanhã, o Deputado Vadão Gomes vai ser às... Vocês têm o horário aí? (*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Às 14h30min.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Às 14h. Aliás, às 14h30min.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Em seguida não poderia ser o Deputado José Mentor?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Será que daria tempo?

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Ou pela manhã.



O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Sr. Presidente, para facilitar, eu combino com V.Exa., após a reunião. Depois, amanhã, nós submetemos o que decidirmos à apreciação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Está bem, pode ser amanhã ou quinta-feira.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - É. Eu combino com V.Exa.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sr. Presidente, eu gostaria de me manifestar sobre um ponto que está na parte final do documento do eminente Relator, que é a respeito da tese bastante interessante da revelia. Eu creio que, salvo melhor juízo, falece poder ao Conselho para fixar esta sanção. Mas, de qualquer sorte, entendo que seria muito oportuno ouvir a Consultoria, para que dê instruções ao Conselho sobre qual o tipo de providência cabível para que conclua o seu trabalho na reiterada recalcitrância do representado em comparecer, sem frustrar o direito de defesa, assegurando-lhe em plenitude, mas o Conselho não ficando refém da atitude do comportamento do representado, falando em tese, qualquer que seja. Então, é importante que a Consultoria possa subsidiar uma definição, uma decisão deste Plenário com V.Exa. para que possamos concluir um processo, mesmo sem que compareça um representado e sem riscos de nulidade do processo.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Sr. Presidente, para responder. A revelia aqui citada, Deputado Jairo Carneiro, se me permite, com todo o respeito, com certeza é para fazer um chamamento à responsabilidade, porque, se nós formos adiando *sine die*, seria um absurdo e até uma irresponsabilidade deste Conselho nós termos a pretensão de que íamos julgar ou analisar um companheiro revel, que não tivesse comparecido ao Conselho de Ética.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Para contribuir, Deputado Edmar Moreira.



O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Com muito prazer, Deputado Carlos Sampaio, por favor.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Na mesma linha que V.Exa. acaba de falar, ao que me parece, evidentemente, este Conselho não pode ficar à mercê deste ou daquele representado. O representado, ao ser ouvido, exerce um ato de defesa, não de acusação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Lógico.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - E, portanto, é uma oportunidade para ele se defender. Em declinando do convite, ele o fará com os ônus decorrentes dessa não vinda. Portanto, acho que, exceto o chamamento por edital, outras atitudes este Conselho não poderia tomar. Mas concordo com o Deputado Edmar: não há que se esperar por tempo indefinido. É uma peça de defesa o interrogatório no processo e, portanto, a oitiva do representado é uma faculdade que ele exercita se quiser. O Conselho deve fazer o chamamento por edital. Em não vindo, minha sugestão é darmos continuidade ao procedimento, que poderá ser concluído sem a oitiva do representado, como quase aconteceu no caso do Deputado André Luiz, porque ele se negava a vir. Quando nós estávamos concluindo, no penúltimo dia, ele compareceu espontaneamente e foi ouvido. Se não fosse o comparecimento espontâneo, nós o julgaríamos, independentemente da presença dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Orlando Fantazzini.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sr. Presidente, eu tenho o entendimento de que não há revelia, porque ele foi notificado, apresentou defesa. É óbvio que a preocupação do ilustre Relator é corretíssima, porque outras provas se produziram, e o Relator quer dar todo e o amplo direito de defesa. Então, caso o Deputado Mentor não aceite o convite, eu acho que nós temos que notificá-lo para que ele tome ciência integral e se manifeste no prazo de 5 sessões, sob pena de, não havendo nenhum tipo de manifestação, não poder futuramente reclamar por nenhuma impossibilidade de se defender.

Por outro lado, quanto às testemunhas de defesa, se não me falha a memória, decidiu-se aqui por uma proposta apresentada por V.Exa: que nós íamos convidar por 2 vezes.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Exatamente.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Não ocorrendo o comparecimento, notificaríamos o representado para que providenciasse o comparecimento dentro de algumas datas que o Conselho estabeleceria, sob pena de, assim não procedendo, em razão de um julgado do Supremo Tribunal Federal — que nós não temos as condições de trazer coercitivamente nenhuma testemunha —, o Relator poderá dar por encerrada a instrução.

Então, eu acho que nós temos que utilizar desses instrumentos para, de fato, nobre Deputado Edmar Moreira, não ficarmos reféns das pessoas que estão sendo aqui averiguadas ou representadas, sob pena de o Conselho virar refém de Parlamentares que não têm interesse nenhum em colaborar com a apuração da verdade e buscam única e exclusivamente a procrastinação do procedimento neste Conselho.

Concordo com o Deputado Jairo Carneiro — pois acho que a Consultoria pode nos dar uma ampla fundamentação — e entendo a angústia do Deputado Edmar Moreira, que tem procurado assegurar por todas as formas ao representado o direito de fazer sua defesa da melhor forma possível. Mas não podemos nos curvar à vontade de qualquer representado neste Conselho.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Para concluir, Sr. Presidente.

Tive a honra de ter o aparte dos Deputados Carlos Sampaio e Orlando Fantazzini, e também a lembrança do colega Jairo Carneiro. Aqui não podemos tapar o sol com a peneira, com certeza. É absolutamente compreensível, e até humano, que aqueles que estão envolvidos de qualquer maneira no processo queiram protelar para o ano que vem, na expectativa também, com certeza, daqueles que acham que o tempo é o senhor da razão. Eu não tenho absolutamente nada contra. O Deputado José Mentor tem vindo aqui sempre, inclusive esteve reunido comigo hoje uns 40 minutos na sala da Presidência — V.Exa. não estava. Ele não se nega a vir, mas está havendo um desencontro: quando ele quer, não pode; quando ele pode, não vem. Então, não sei como é que se sai desse imbróglio. Porque, se não, quem vai ser revel, Deputado Jairo Carneiro, é o Edmar.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Edmar Moreira, hoje mesmo a Secretaria do Conselho entrará em contato com o Deputado José Mentor. Nós vamos sugerir 2 datas: amanhã e depois de amanhã.

Vou colocar em votação o requerimento da Deputada Angela Guadagnin. S.Exa. solicita à CPMI da Compra de Votos e dos Correios a cópia da lista de sacadores fornecida pelo Sr. Marcos Valério Fernandes de Souza. Solicita também à CPMI da Compra de Votos e dos Correios a cópia de lista de sacadores fornecida pela Sra. Simone Reis de Vasconcelos. Solicita também à CPMI de Compra de Votos e dos Correios a cópia dos depoimentos de Simone Reis de Vasconcelos, inclusive acareação na Polícia Federal e no Ministério Público Federal; a juntada aos autos do depoimento do Deputado Pedro Corrêa; a juntada aos autos do depoimento de João Cláudio Carvalho Genu; a juntada aos autos das listas referidas nos itens 1 e 2; e a juntada aos autos do depoimento da Sra. Simone Reis de Vasconcelos na CPMI da Compra de Votos e dos Correios.

Em discussão.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, nesse requerimento está se falando na CPMI da Compra de Votos, CPMI que já acabou, já foi encerrada. Tenho a impressão que aí ficaria prejudicado o requerimento, porque esse requerimento deveria ser feito, se não me engano, ao Presidente do Senado, para que forneça os documentos da CPMI dos Correios. Então, eu acho que tinha que desdobrar esse requerimento. Uma CPMI ainda está viva, mas a outra não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Aquelas CPIs que terminaram, nós vamos mandar direto ao Presidente do Senado, que foi a única. Na realidade, foi uma só.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Mas nós temos um requerimento a ser aprovado. Falo exatamente para mandar para a CPMI, que já...

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - É para pegar os documentos que estão lá.



O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Eu sugiro que a Deputada Angela possa fazer verbalmente a retificação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Isso, exatamente.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - E este Conselho tem atuado dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Não há problema, é o bom senso. Obrigado, Deputado.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sr. Presidente, continuando a discussão, eu peço o cuidado da nobre Relatora. Se houver informações sigilosas, a fundamentação, para não haver prejuízo ao seu trabalho. Então, verificar se existem informações sigilosas.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Sr. Presidente, prezados colegas do Conselho, a idéia, apesar de o Deputado Janene não ter sido intimado ainda, era que a gente pudesse ter acesso a essa documentação toda, para a gente fazer um conhecimento mais amplo do processo. Parece-me que nenhum desses documentos são sigilosos. São testemunhas e depoimentos que foram feitos lá, tanto numa CPI como na outra. É verdade o que o Deputado falou em relação à CPI da compra de votos, que já foi encerrada, mas ela contém diversos documentos, e nós queríamos que fossem acessados os documentos. Eu vou fazer depois um outro, tendo ouvido hoje aquele senhor, o Valmir, para também incorporar nesse processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Se V.Exa. quiser fazer esse requerimento agora, verbalmente, não há problema. Já votamos hoje mesmo.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Então, eu solicito, porque, como ele citou no depoimento dele que foi... ele foi lá reunir-se com o Walmor e o Roberto por conta de uma solicitação do Deputado Janene, que fosse incorporado também aos autos desse processo da representação do Deputado Janene o depoimento do Valmir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Muito bom. Eu coloco em votação o requerimento da Deputada Angela Guadagnin.

Em discussão. (*Pausa.*)



Em votação.

Os que forem favoráveis permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sr. Presidente, eu não sei se V.Exa. vai encerrar, suspender, mas a Mesa já decidiu se a notificação do Deputado Janene...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Não.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - ...ocorrerá acompanhada de um médico? Sabe por que, Sr. Presidente? A imprensa está, e com razão, dizendo: *“É interessante como alguém não está com a saúde em dia para poder receber a notificação, mas para apresentar as emendas, a saúde parece que está muito bem”*. Então, eu acho que isso é uma certa desmoralização para o Conselho, porque o Deputado Janene, desde 15 de novembro...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado, nós já mandamos... Ele foi convidado...

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Não, não, não. Quanto ao Conselho, não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Fomos ao hospital, fomos a Londrina, São Paulo. E agora, nós recebemos hoje uma petição do advogado do Deputado José Janene, dizendo que ele não tem condições de receber qualquer notificação. Aí, posteriormente, ligaram ao Conselho dizendo que o advogado ainda hoje virá com uma procuração, dizendo que vai... hoje vai receber, então, a notificação.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - O advogado juntou procuração, ou protestou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Juntou a procuração aqui. Adolfo Gois Advogados Associados.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, até para auxiliar aqui na colocação feita pelo Deputado Fantazzini, essa procuração que ele acostou aí ao...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu já reparei isso.



O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - É uma procuração tão-somente para esse fim de peticionar; para o fim de receber a notificação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Exatamente. E aqui não consta. Exato, para receber a notificação.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Não consta. Precisa ser uma procuração expressa para receber notificação. E vou mais além: notificação e demais atos do Conselho de Ética. Porque aí está nos Tribunais e perante a Justiça de 1ª instância.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu acho que nós temos uma única solução. Aliás, ele entrou também com uma petição hoje à Mesa da Câmara, dizendo que o Deputado, por se encontrar hospitalizado e acamado, ele não poderá receber qualquer notificação. Isso entrou à Mesa da Câmara. A Mesa deve encaminhar para cá já com alguma sugestão. De qualquer maneira, nós temos uma única sugestão, uma única: um médico da Câmara, acompanhando um membro do Conselho ou um funcionário do Conselho, ir procurar o Deputado Janene. Quer dizer, eu não sei onde ele se encontra hoje.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Mas, Sr. Presidente, já se tentou em várias cidades, inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Já tentamos. Agora vamos novamente, agora com um médico, porque quando... No começo, inclusive, ele estava num hospital em Curitiba, posteriormente num hospital em São Paulo, e não pudemos notificá-lo naquela época.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Mas cada diligência dessa foi registrada, foi certificada e dado fé?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Foi.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, a convocação, o convite, a notificação por edital é possível, é previsível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Vamos analisar isso, Deputado. Havendo possibilidade, nós vamos fazer dessa maneira.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Porque imagine sair daqui um membro...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Não podemos correr mais risco nenhum.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - ...deste Conselho e mais um médico percorrendo os Estados, porque cada hora ele está num Estado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu pedi informações à Mesa, o próprio Deputado Aldo, conversei com ele, ele conversou... Ele recebeu um telefonema do Deputado Janene e o advogado do Deputado Janene. Então, eu acho que até manhã tudo estará resolvido.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sr. Presidente, só para... Até porque o Deputado André Luiz, nós notificamos por hora certa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Podemos fazer isso.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Podemos fazer. Marca-se um horário...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Agora, não podemos esquecer, Deputado...

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - ...avisando que estaremos lá para fazer a notificação, depois de duas vezes, e notificamos na pessoa de quem estiver lá. Quer dizer, é essa a questão. Não precisamos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eles estão se baseando no Código de Processo, que diz que uma pessoa hospitalizada não pode receber uma intimação, uma notificação. Mas, de qualquer maneira, eu acho que a gente toma uma posição definitiva ainda hoje ou amanhã.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Ok.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - No caso do Deputado José Mentor, então, nós vamos entrar em contato com ele ainda hoje e oferecer as duas datas, de quarta e quinta-feira. O Deputado Edmar está deixando um recado aqui que ele só pode no dia 20 ou dia 21, mas será que estaremos aqui dia 20 ou 21? Pela reunião que eu fiz hoje, existe uma grande possibilidade de não ter mais reunião nenhuma já na sexta-feira. De qualquer forma, vou tomar as providências devidas com o Deputado José Mentor.



O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, uma última colocação. Eu havia solicitado o Código de Ética, e o art. 15, ele é expresso no seguinte sentido — até acho que a matéria é de interesse da Deputada Ângela —. Art. 15 do Código de Ética. *“O Conselho poderá encaminhar à Mesa requerimento solicitando a transferência de sigilo bancário, fiscal e telefônico do Representado, obtidos por Comissão Parlamentar de Inquérito encerrada ou em funcionamento”*. Então, eu acho que dirime a questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Está resolvido o problema. Eu convoco V.Exas. para amanhã, às 14h30min. Começaremos em ponto, às 14h30min, com a oitiva do Deputado Vadão Gomes, Representado no Processo nº 12/2005, e o Relator é o Deputado Moroni Torgan.

Está encerrada a sessão.